

CAPITÃO QEOPM OTAVIANO DE CARVALHO PEREIRA

**ESTUDO PRELIMINAR SOBRE A ATUAÇÃO DOS SUBTENENTES E
SARGENTOS DA PMPR COMO ESCRIVÃO, COM O ADVENTO DA LEI
ESTADUAL Nº. 16.544/2010**

Monografia apresentada por exigência curricular do
Curso de Especialização em Planejamento em
Segurança Pública em convênio com a
Universidade Federal do Paraná, para obtenção do
título de Especialista em Administração Policial
Militar.

Orientador Metodológico:
Professora Doutora Sônia Maria Breda

Orientador de Conteúdo:
Coronel QOPM Davi Faustino da Silva

**SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
2011**

Ao concluir o presente trabalho, dirijo-me ao Supremo Criador do Universo para agradecer todas as bênçãos a mim concedidas, que me ajudaram suplantat a mais um desafio na minha carreira profissional.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Coronel QOPM Davi Faustino da Silva, Comandante do Sétimo Batalhão de Polícia Militar, meu orientador de conteúdo, que me incentivou para a frequência no curso e indicou o melhor caminho a ser seguido no presente trabalho.

À Professora Doutora Sônia Maria Breda, Orientadora de Metodologia, pelas incansáveis contribuições e valiosas intervenções que foram integralmente úteis e necessárias para a elevação da qualidade final da presente atividade.

Ao Senhor Tenente-Coronel QOPM Nilson Carlos Rosa - Professor de Metodologia da Prática da Língua Portuguesa em Trabalhos Científicos pela singular e efetiva contribuição.

Aos docentes do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – 2011 pelo empenho em compartilhar o conhecimento e experiências profissionais, contribuindo sobremaneira para a formação dos futuros Oficiais Superiores da PMPR, cujos gestos e amizades jamais serão esquecidos pelos discentes.

Ao Senhor Major QOPM Carlos Alberto Rodrigues Assunção pelas valiosas intervenções que permitiram a melhoria na elaboração e conclusão final do presente estudo.

Aos companheiros alunos do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais pelo companheirismo constante e pela imensa amizade, principalmente pelas palavras de incentivo para vencer os desafios do dia a dia.

À minha esposa Maria José e aos meus filhos Otávio e Tiago pelos momentos de ausência, de angústia e de dificuldades, os quais compartilharam do meu esforço e entenderam o sentido do sacrifício que fiz para a minha ascensão profissional.

"O mundo é um lugar perigoso de se viver, não por causa daqueles que fazem o mal, mas sim por causa daqueles que observam e deixam o mal acontecer."

(Albert Einstein)

RESUMO

Análise das mudanças impostas aos Subtenentes e Sargentos da Polícia Militar do Paraná, em decorrência da Lei Estadual nº. 16.544, de 14 de Julho de 2010, a partir da perspectivas dos graduados designados escrivães nos processos administrativos disciplinares. Realiza uma avaliação dos princípios legais e doutrinários que norteiam a aplicação dos diversos procedimentos disciplinares no âmbito interno da instituição policial militar. Realiza levantamento junto à Corregedoria Geral do quantitativo dos procedimentos disciplinares concluídos ou em curso nos anos de 2006 a 2010 e das sanções administrativas aplicadas. Realiza busca na Diretoria de Ensino e Pesquisa sobre os cursos ofertados aos sargentos nos anos de 2006 a 2010, bem como sobre o número de alunos matriculados, levando-se em conta a grade curricular do Direito Administrativo Disciplinar. Avalia por meio de questionários, de forma qualitativa, o grau de percepção, conhecimento, dificuldades e preparo profissional dos graduados para a atividade como membros dos conselhos processantes na PMPR. Como conclusão, verifica serem muitos os procedimentos administrativos a serem produzidos em detrimento do número de pessoal preparados para as tarefas. Verifica-se também que, apesar de pouco motivados, os graduados sentem-se preparados para a atividade administrativa. Constata-se que há deficiências no sistema de doutrinação da PMPR, mas que estas podem ser corrigidas com a mudança nos currículos e no melhor preparo dos instrutores.

Palavras-chave: PMPR. Processos Administrativos Disciplinares. Direito Militar. Doutrinação.

ABSTRACT

Analysis of the changes imposed on the Warrant Officer and Sergeants of the Military Police of Paraná, as a result of State Law. 16544 of July 14, 2010, from the perspectives of graduates appointed clerks in administrative disciplinary proceedings. Perform an assessment of the legal and doctrinal principles that guide the implementation of the various internal disciplinary procedures within the institution's military police. Undertakes a review by the Internal Affairs Division from the quantitative disciplinary procedures completed or in progress in the years 2006 to 2010 and the administrative sanctions applied. Search the Board of Education and Research courses offered to sergeants in the years 2006 to 2010, as well as the number of students enrolled, taking into account the curriculum of Administrative Law on Discipline. Evaluates through questionnaires, in a qualitative way, the degree of awareness, knowledge, difficulties and professional preparation of graduates for the activity as members of the prosecuting counsel in PMPR. In conclusion, we found that there are many procedures to be produced over the number of people prepared for the tasks. It was also noted that, although little motivated graduates feel prepared for the administrative activity. It was found that there are deficiencies in the system of indoctrination PMPR, but these can be corrected with a change in the curriculum and better preparation of teachers.

Keywords: PMPR. Administrative Disciplinary Proceedings. Military Law. Indoctrination.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Quadro dos postos e graduações na PMPR.

FIGURA 2 – Quadro Demonstrativo dos Subtenentes e Sargentos - 7º BPM e 5ª CIPM.

FIGURA 3 – Quadro demonstrativo de processos e procedimentos administrativos instaurados no âmbito da PMPR.

FIGURA 4 – Quadro demonstrativo das sanções aplicadas em decorrência dos procedimentos administrativos instaurados no âmbito da PMPR.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Graduados que possuem Curso de Direito.

GRÁFICO 2 – Graduados que possuem o Curso de Polícia Judiciária Militar.

GRÁFICO 3 – Graduados que participaram da produção de processos e procedimentos administrativos.

GRÁFICO 4 – Grau de percepção dos pesquisados quanto ao apoio e orientação dos oficiais na produção de processos administrativos.

GRÁFICO 5 – Grau de percepção dos pesquisados quanto ao próprio conhecimento no campo do Direito Disciplinar Militar.

GRÁFICO 6 – Grau de percepção dos pesquisados quanto ao seu próprio nível de desempenho profissional.

GRÁFICO 7 – Grau de percepção dos pesquisados quanto à importância da reestruturação da PMPR.

GRÁFICO 8 – Grau de percepção dos pesquisados quanto às novas atribuições prescritas pela Lei Estadual nº. 16.544/20010.

GRÁFICO 9 – Grau de percepção dos pesquisados quanto à adequação do sistema de controle disciplinar na PMPR.

GRÁFICO 10 – Grau de percepção dos pesquisados quanto à necessidade de modificação do sistema de controle disciplinar na PMPR.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

5ª CIPM – 5ª Companhia Independente de Polícia Militar

7º BPM – 7º Batalhão de Polícia Militar

ADL – Apuração Disciplinar de Licenciamento

CAO – Curso de Formação de Oficiais

CAS – Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos

CD – Conselho de Disciplina

CF – Constituição Federal

CG – Comando-Geral

CJ – Conselho de Justificação

COGER – Corregedoria Geral

CP – Código Penal

CPM – Código Penal Militar

CPPM – Código de Processo Penal Militar

CPJM – Curso de Polícia Judiciária Militar

DEP – Diretoria de Ensino e Pesquisa

EM – Estado Maior

FATD – Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar

IPM – Inquérito Policial Militar

PM – Polícia Militar

PMPR – Polícia Militar do Paraná

STJ – Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2 JUSTIFICATIVA	15
1.3 OBJETIVOS	16
1.3.1 OBJETIVO GERAL	16
1.3.2 OBJETIVOS PARTICULARES	16
1.4 METODOLOGIA	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1 DAS POLÍCIAS MILITARES E SUA MISSÃO CONSTITUCIONAL	19
2.2 DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DOS MILITARES	19
2.3 DA DISCIPLINA MILITAR E DAS PUNIÇÕES DISCIPLINARES	20
2.4 DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DO PARANÁ E A ÉTICA PROFISSIONAL	21
2.5 DOS PROCESSOS DISCIPLINARES NO ÂMBITO DA PMPR	22
2.6 DO DIREITO ADMINISTRATIVO E DO DIREITO DISCIPLINAR	22
3 AS INOVAÇÕES DA LEI ESTADUAL Nº. 16.544/2010	24
4 A HIERARQUIA E DISCIPLINA MILITARES	27
4.1 A HIERARQUIA MILITAR	27
4.2 A DISCIPLINA MILITAR	29
5 OS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES INTERNOS	31
5.1 SINDICÂNCIA	31
5.2 FORMULÁRIO DE APURAÇÃO DE TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR	32
5.3 APURAÇÃO DISCIPLINAR DE LICENCIAMENTO	32
5.4. CONSELHO DE DISCIPLINA	33
5.6 CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO	33
5.8 MEDIDAS CORRETIVAS ESCOLARES	33
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	35
6.1 PÚBLICO-ALVO	35
6.2 MÉTODO	35
6.3 QUESTIONÁRIO	35
6.4 ENTREGA E COLETA DOS QUESTIONÁRIOS	35
7 ANÁLISE DOS DADOS	37

7.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES OBJETIVAS.....	37
7.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES ABERTAS.....	49
7.3 DOS DADOS DA CORREGEDORIA GERAL.....	52
7.4 DA ENTREVISTA COM O SR CORREGEDOR GERAL DA PMPR.....	52
7.5 DOS DADOS DA DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA.....	54
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICES.....	63
ANEXOS.....	79

INTRODUÇÃO

De tempos em tempos, a Justiça Militar Estadual vê-se como centro da temática da opinião pública acerca da sua necessidade e eficiência como a balizadora da Justiça Castrense. Isto, ao lado de outros fatores, decorre da ação de agentes da mídia que ao divulgar as notícias que envolvem os agentes públicos, no caso, policiais militares, o fazem de forma a insuflar os desejos de uma fiscalização mais severa e punição efetiva daqueles que enveredam pela senda do crime, causando desequilíbrio na harmonia social.

No artigo: a covardia de policiais contra os cidadãos, o economista Francisco Castro faz as seguintes considerações:

É extremamente triste e revoltante presenciar cenas causadas por agentes policiais contra a população. Pessoas que deveriam cuidar da segurança da população, fazem o contrário. Infelizmente, é muito comum a ocorrência de atos de abuso de policiais que tendo o poder de sua arma amedrontam as pessoas, agredindo-as verbal, fisicamente ou das duas formas. Por que a polícia desrespeita tanto as pessoas? Quais são os tipos de pessoas que mais são agredidas pela polícia? O que deve ser feito para diminuir essas ocorrências?

A verdade é que a sociedade necessita das forças policiais para lhe assegurar a segurança no seu cotidiano. Entretanto, não é admissível que integrantes dessas mesmas forças de segurança promovam atos que ao invés de levar segurança, leva medo, desespero e intranquilidade para as pessoas. Uma grande parte dos órgãos de segurança pública possui algum canal que serve para levar à punição de policial que cometa atos de abuso de autoridade, mas um percentual muito pequeno dos casos chega até esses canais. A imensa maioria não chega ao conhecimento de quem deveria punir esses agressores, muitas vezes em razão da intimidação por parte dos próprios bandidos com a condição de policial. Assim, a impunidade é muito alta no meio policial e estes ficam a vontade para fazer o que bem entenderem. A falta de punição desses policiais marginais leva à prática de atos tão bárbaros.

Assim, atendendo aos atuais anseios sociais, a Polícia Militar do Paraná recentemente passou por uma completa reestruturação por meio do aumento do efetivo, criação de novas Unidades Operacionais, implantação de uma nova lei de organização básica e de uma nova recomposição salarial, e por fim, a entrada em vigor de uma nova e moderna legislação reguladora dos desvios de conduta.

Esta última trata-se de uma lei que unificou vários procedimentos administrativos, inovou o rito processual, ampliou o prazo prescricional tornando-o mais abrangente, redimensionou os prazos da apuração dos fatos e extinguiu a previsão de reforma no caso de condenação de praças, caracterizando-se como um moderno instrumento do sistema processual disciplinar.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Com a entrada em vigor da Lei Estadual nº. 16.544, de 16 de Julho de 2010, que regula os procedimentos administrativos disciplinares no âmbito da PMPR, uma série de inovações foram introduzidas no dito diploma legal que afetaram sobremaneira o sistema processual disciplinar então vigente, e, por consequência, deram nova forma e rito aos procedimentos disciplinares.

Uma das novidades da nova lei é a previsão dos Subtenentes e Sargentos atuarem como escrivão dos processos de Apuração Disciplinar de Licenciamento e nos Conselhos de Disciplina. Assim, o texto legislativo fixou novas atribuições a esses graduados no campo do Direito Administrativo Disciplinar ao prever o exercício profissional destes como integrantes de Comissões Processantes.

Em situação anterior a essa nova lei, os Subtenentes e Sargentos só eram empregados como escrivão nos casos de produção de Inquéritos Policiais Militares, em cumprimento ao disposto no artigo 11 do Código de Processo Penal Militar.

Esses mesmos graduados, na seara do Direito Administrativo Disciplinar passaram a ser exigidos no campo da Administração Militar para exercerem a incumbência de participarem do processo de modernização e controle da Instituição como um todo.

As novas atribuições exigirão destes graduados uma formação profissional que lhes dê conhecimento amplo no campo do Direito Disciplinar Militar e das práticas processuais militares.

Sabe-se, no entanto, que nem todos os graduados estão devidamente preparados para essa missão, e que a Corporação carece de uma nova ordem doutrinária dentre os Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos, com vistas a modernizar o sistema de controle institucional e garantir a preservação dos valores da Hierarquia e Disciplina.

Nesse contexto, o presente estudo pretende responder à seguinte questão de pesquisa: como a PMPR pode instruir os Subtenentes e Sargentos para atender as atuais necessidades do sistema de controle institucional interno, decorrentes da reestruturação e modernização em curso?

1.2 JUSTIFICATIVA

No Brasil, conforme o previsto na Carta Magna, a Segurança Pública: direito de todos e obrigação do Estado é uma questão tratada como de vital importância para a garantia da soberania nacional e o livre exercício da democracia por toda a Nação Brasileira.

Em nível estadual, a PMPR como parte integrante do Sistema Nacional de Segurança Pública, instituição regular organizada com base na hierarquia e disciplina, tem como missão o exercício do policiamento preventivo e de socorro supletivo à população.

Como órgão da Administração Pública, a PMPR usa dos instrumentos legais de controle da conduta dos seus integrantes, com o fim de preservar o respeito às instituições e aos valores morais e éticos que norteiam a atividade Policial Militar.

Por conta disso, necessita possuir em seu corpo funcional administrativo, indivíduos dotados de elevado saber jurídico, em especial no campo do Direito Administrativo Disciplinar Militar, que estejam devidamente preparados para atuar como gestores na esfera do Direito Militar.

A nova legislação que unificou em um só caderno legislativo os ritos dos Conselhos Disciplinares traz uma grande inovação ao introduzir a participação das praças graduadas (subtenentes e primeiros-sargentos) como escrivão, quando da constituição das comissões processantes.

Entre as atribuições já exercidas pelos ditos graduados, emerge a possibilidade destes atuarem como agentes do processo de controle da Administração, exercendo a função como membros das Comissões Processantes e laborando na produção da parte documental dos processos, antes limitada somente às funções de escrivão dos Inquéritos Policiais Militares.

Apesar da formação básica curricular nos Cursos de Formação e de Aperfeiçoamento de Sargentos, muitos destes graduados, senão na sua quase totalidade, não possuem Curso Superior de Direito, e poucos ainda são os que possuem o Curso de Policia Judiciária Militar, ressentindo-se assim a Instituição de graduados com conhecimento amplo no campo do Direito Militar.

Por isso, é necessário que se faça uma reflexão sobre o preparo profissional e individual dos Sargentos, bem como suas limitações, no que se refere ao nível de preparo profissional e conhecimento dessa doutrina.

Com base nisso, justifica-se avaliar o real nível de necessidades da Administração com vistas à ampliação e melhorias no sistema de ensino do Direito Disciplinar Militar na PMPR.

O que levou este autor a estudar o presente tema foi o interesse em aliar o conhecimento prático obtido ao longo da sua carreira militar com os atuais doutrinamentos surgidos a partir da nova estruturação organizacional.

Propôs-se o presente estudo a demonstrar a necessidade de melhoria, adequação e ampliação do ensino do Direito Disciplinar Militar nos Cursos de Formação e de Aperfeiçoamento de Sargentos com vistas a atender as atuais necessidades da Corporação, em cumprimento à Lei nº. 16.544/2010.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 OBJETIVO GERAL

Constituiu-se em objetivo geral do presente estudo:

Descrever como a PMPR pode proceder para melhorar a instrução dos Subtenentes e Sargentos para atender as atuais necessidades da Corporação, em cumprimento à Lei nº. 16.544/2010.

1.3.2 OBJETIVOS PARTICULARES

Constituiu-se em objetivos particulares do presente estudo:

- Demonstrar, com base na Lei nº. 16.544/2010, que regula os procedimentos administrativos disciplinares, as novas atribuições dos Subtenentes e Sargentos no âmbito da PMPR;
- Levantar o número de processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito da PMPR no período de 2006 à 2010, bem como as sanções aplicadas.
- Identificar o nível de conhecimento e as dificuldades dos Subtenentes e Sargentos no exercício das funções administrativas e cartoriais na área do 7º Batalhão de Polícia Militar e da 5ª Companhia Independente de Polícia Militar;
- Mensurar, de forma qualitativa, o nível de percepção dos Subtenentes e Sargentos quanto à importância do seu papel na prática do Direito Disciplinar na Administração Militar.

1.4 METODOLOGIA

O método empregado foi o de pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa, como um todo, foi dividida em dois momentos: no primeiro, por meio de documentação indireta foi utilizado uma pesquisa bibliográfica, analisando diversas publicações existentes acerca do tema. Nessa fase, também foi utilizada uma pesquisa documental direta, tratando-se das fontes estatísticas. No segundo, por meio de aplicação de questionário previamente elaborado, com questões abertas e fechadas semi-estruturadas, buscaram-se os resultados propriamente ditos, constituindo-se este no método hipotético-dedutivo, com tratamento estatístico.

Por meio da aplicação de questionário realizou-se uma pesquisa individual a uma amostra de vinte e cinco graduados entre subtenentes e sargentos, que teve por objeto identificar o nível de conhecimento e as dificuldades dos Subtenentes e Sargentos no exercício das funções administrativas e cartoriais na área do 7º Batalhão de Polícia Militar e da 5ª Companhia Independente de Polícia Militar;

Usando ainda desse mesmo instrumento buscou-se mensurar, de forma qualitativa, o nível de percepção dos Subtenentes e Sargentos quanto à importância do seu papel na prática do Direito Disciplinar na Administração Militar.

Na sequência, foi procedida busca junto à Corregedoria Geral da PMPR para levantar o número de processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito da PMPR, no período de 2006 a 2010, bem como as sanções aplicadas.

Na Diretoria de Ensino e Pesquisa da PMPR buscaram-se informações sobre a oferta dos cursos destinados ao aperfeiçoamento e especialização dos Sargentos, ou sejam, o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos e o Curso de Polícia Judiciária Militar, bem como sobre os graduados matriculados.

Ao concluir o presente estudo ficou evidenciado que a PMPR necessita de redirecionar o preparo e doutrinação dos Sargentos, notadamente os Subtenentes e Primeiros Sargentos, para o conhecimento mais amplo da doutrina do Direito Administrativo Disciplinar.

Isto deve ocorrer por meio da ampliação da carga horária da doutrina nos cursos de formação e aperfeiçoamento de Sargentos, aliados a uma oferta maior de vagas nos Cursos de Polícia Judiciária Militar.

Uma instrução dirigida a toda a tropa também não deve ser desconsiderada, uma vez que, oportunizando o conhecimento aos demais milicianos dos princípios

da Doutrina Disciplinar, com certeza, esta contribuirá para a redução de casos de conduta delituosa no seio da tropa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesse capítulo trataremos especificadamente das bases legais e doutrinárias que versam sobre o Direito Disciplinar Militar.

2.1 DAS POLÍCIAS MILITARES E SUA MISSÃO CONSTITUCIONAL

De acordo com a Carta Magna¹, no capítulo que versa sobre a Segurança Pública, o objeto e a missão das Polícias Militares é assim descrito:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

...

§ 5.º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições

§ 6.º As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

O policial militar, nesse contexto, é o agente que exterioriza as ações do Estado, por meio do exercício do poder de polícia, quando em atuação no policiamento ostensivo.

2.2 DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DOS MILITARES

Ao militar estadual impõem-se, além dos direitos decorrentes da sua profissão, deveres e obrigações que não são comuns às demais pessoas, posto que, estes trabalham em regime especial, com base em legislação específica.

O Estatuto dos Militares² – Lei Federal nº. 6.880, de 09 de dezembro de 1980, ao referir-se aos deveres militares, assim se expressa:

Art. 31. Os deveres militares emanam de um conjunto de vínculos racionais, bem como morais, que ligam o militar à Pátria e ao seu serviço, e compreendem, essencialmente:

- I - a dedicação e a fidelidade à Pátria, cuja honra, integridade e instituições devem ser defendidas mesmo com o sacrifício da própria vida;
- II - o culto aos Símbolos Nacionais;
- III - a probidade e a lealdade em todas as circunstâncias;
- IV - a disciplina e o respeito à hierarquia;
- V - o rigoroso cumprimento das obrigações e das ordens; e
- VI - a obrigação de tratar o subordinado dignamente e com urbanidade.

¹ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal.

² BRASIL. Estatuto dos Militares: Lei Federal nº. 6.880, de 09 de dezembro de 1980.

Da mesma forma, ao prever a violação das obrigações ou deveres militares, a mesma legislação especifica:

Art. 42. A violação das obrigações ou dos deveres militares constituirá crime, contravenção ou transgressão disciplinar, conforme dispuser a legislação ou regulamentações específicas.

§ 1º A violação dos preceitos da ética militar será tão mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer.

§ 2º No concurso de crime militar e de contravenção ou transgressão disciplinar, quando forem da mesma natureza, será aplicada somente a pena relativa ao crime.

Em complemento a essa prescrição, o mencionado diploma legal impõe responsabilidades diversas, no que couber, podendo chegar à declaração da incapacidade do militar para o exercício funcional, senão vejamos:

Art. 43. A inobservância dos deveres especificados nas leis e regulamentos, ou a falta de exaço no cumprimento dos mesmos, acarreta para o militar responsabilidade funcional, pecuniária, disciplinar ou penal, consoante a legislação específica.

Parágrafo único. A apuração da responsabilidade funcional, pecuniária, disciplinar ou penal poderá concluir pela incompatibilidade do militar com o cargo ou pela incapacidade para o exercício das funções militares a ele inerentes.

2.3 DA DISCIPLINA MILITAR E DAS PUNIÇÕES DISCIPLINARES

O militar, quando da prática de ato nocivo que atente contra o ordenamento jurídico, a hierarquia e disciplina, mas que não se constitui em crime ou contravenção, incide em transgressão disciplinar, cuja previsão está relacionada no Anexo I do Regulamento Disciplinar do Exército³.

Segundo o RDE – Decreto Federal nº 4.346, de 26 de agosto de 2002, a Disciplina Militar assim é conceituada:

“Art. 8º A disciplina militar é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes do organismo militar.”

O artigo 14, do mesmo diploma legal, conceitua o que vem a ser transgressão à disciplina militar:

“Art. 14. Transgressão disciplinar é toda ação praticada pelo militar contrária aos preceitos estatuídos no ordenamento jurídico pátrio, ofensiva à ética, aos deveres e às obrigações militares, mesmo na sua manifestação elementar e simples, ou, ainda, que afete a honra pessoal, o pundonor militar e o decoro da classe.”

³ BRASIL. Regulamento Disciplinar do Exército: Decreto Federal nº. 90.608, de 04 de dezembro de 1984.

Para especificar as transgressões disciplinares, e com vistas a limitar o subjetivismo do conceito anterior, o artigo 15 determina que: transgressões disciplinares são as ações constantes do Anexo I, do já citado diploma legal.

As transgressões disciplinares sujeitam os seus autores às punições disciplinares previstas no artigo 24 do RDE, assim descritas:

Art. 24. Segundo a classificação resultante do julgamento da transgressão, as punições disciplinares a que estão sujeitos os militares são, em ordem de gravidade crescente:

- I - a advertência;
- II - o impedimento disciplinar;
- III - a repreensão;
- IV - a detenção disciplinar;
- V - a prisão disciplinar; e
- VI - o licenciamento e a exclusão a bem da disciplina.

2.4 DOS POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES DO PARANÁ E A ÉTICA PROFISSIONAL

O Decreto Estadual nº. 5.075, de 28 de dezembro de 1998, aprovou o Regulamento de Ética dos Militares Estaduais, integrantes da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Paraná⁴.

A PMPR até então carecia de uma norma legal com vistas a nortear e doutrinar os valores profissionais, valendo-se de legislação subsidiária das Forças Armadas Brasileiras.

Com relação à violação dos valores e deveres éticos militares descritos no referido regulamento e as conseqüentes responsabilidades, assim se expressa:

Art. 8º - A violação dos valores e dos deveres éticos dos militares estaduais constituirá crime, contravenção ou transgressão disciplinar, conforme o disposto em legislação específica.

§ 1º - É obrigação de todo militar estadual cumprir e fazer cumprir os deveres éticos;

§ 2º - A violação dos preceitos, será tão mais grave quanto mais elevado for o grau hierárquico de quem a cometer,

§ 3º - Havendo concurso de crime militar e transgressão disciplinar, da mesma natureza, a apuração de responsabilidade criminal militar não sobrestará o procedimento disciplinar;

§ 4º - A inobservância ou falta de exatidão no cumprimento dos deveres especificados em legislação e regulamentos, poderá acarretar ao militar estadual responsabilidades de ordem civil, administrativa e criminal;

§ 5º - A responsabilidade de que trata o parágrafo anterior, pela participação de mais de um militar estadual, é solidária, respondendo cada um proporcionalmente pelos danos causados.

⁴ PARANÁ. Regulamento de Ética dos Militares Estaduais: Decreto Estadual nº. 5.075, de 28 de dezembro de 1998.

2.5 DOS PROCESSOS DISCIPLINARES NO ÂMBITO DA PMPR

Com relação aos processos disciplinares no âmbito da PMPR, a Lei Estadual nº. 16.544, de 14 de julho de 2010⁵, no que se refere à sua finalidade e objeto, assim reza:

Art. 1º. O processo disciplinar na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) será regulado pela presente lei.

Parágrafo único. O processo disciplinar orientar-se-á pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

...

Art. 3º O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de militar estadual, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha repercussão ético-moral que afete a honra pessoal, o decoro da classe ou o pundonor militar, incompatibilizando-o a permanecer no estado efetivo da PMPR.

I - Apuração Disciplinar de Licenciamento, destinada a julgar a capacidade de praça ativa ou inativa, com menos de 10 (dez) anos de serviço prestados à Corporação, na data do fato, para permanecer, nas fileiras da PMPR, na condição em que se encontra;

II - Conselho de Disciplina, destinado a julgar a capacidade de praça especial ou de praça, ativa ou inativa, com mais de 10 (dez) anos de serviço prestados à Corporação para permanecer, nas fileiras da PMPR, na condição em que se encontra;

III - Conselho de Justificação, destinado a julgar a capacidade de oficial, ativo ou inativo, para permanecer, nas fileiras da PMPR, na condição em que se encontra.

Além dos processos citados na presente lei, convém citar que as demais transgressões disciplinares mencionadas no Regulamento Disciplinar do Exército devem ser objetos de apuração por meio do procedimento denominado Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar, conforme preceitua a Portaria do Comando Geral da PMPR nº. 339, de 27 de abril de 2006.

2.6 DO DIREITO ADMINISTRATIVO E DO DIREITO DISCIPLINAR

De acordo com Hely Lopes Meirelles⁶ (2001, p. 34), o Direito Administrativo “sintetizam-se no conjunto harmônico de princípios jurídicos que regem os órgãos, os agentes e as atividades públicas tendentes a realizar concreta, direta e imediatamente os fins desejados pelo Estado”.

Em consonância com Meirelles, a doutrinadora Maria Sylvia Zanella Di Pietro⁷ (2002, p. 52) também conceitua o Direito Administrativo “como o ramo do direito público que tem por objeto os órgãos, agentes, e pessoas jurídicas administrativas

⁵ PARANÁ. Lei Estadual nº. 16.544, de 14 de Julho de 2010. Dispõe que o processo disciplinar, na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), será regulado na forma que especifica e adota outras providências. Diário Oficial do Paraná, Curitiba. 2010.

⁶ MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

⁷ Mestre e Doutora em Direito Administrativo pela USP.

que integram a Administração Pública, a atividade jurídica não contenciosa que exerce e os bens de que se utiliza para a consecução de seus fins, de natureza pública”.

Enquanto no Direito Penal vigora o princípio de que não há crime sem lei especial que o defina, no Direito Disciplinar não há normas rígidas quanto ao procedimento a ser seguido. Além disso, o administrador aplicará a sanção que julgar cabível, oportuna e conveniente dentre as que estiverem enumeradas em lei ou regulamento, podendo, para tanto, considerar a natureza, a gravidade da infração e os danos que resultarem para o serviço público.

Enquanto o Direito Penal volta suas vistas para a proteção, genérica, da sociedade, o Direito Disciplinar volta as mesmas vistas rigorosas para a proteção da administração pública, aquela e esta afetadas pelo infrator das leis reguladoras da conduta nas respectivas esferas genérica e específica. (LUZ, 1992, p. 80)

Contudo, apesar dessa discricionariedade, o Estado não pode se omitir na apuração de qualquer falta funcional, tendo essa aplicação da pena disciplinar o caráter de poder-dever. A não apuração de qualquer fato tido como crime ou contravenção, ou ainda, falta funcional, pode ser entendida como conivência delituosa, constituindo-se essa omissão crime contra a Administração Pública.

Todo chefe tem o poder e o dever de punir o subordinado quando este der ensejo, ou, se lhe faltar competência para a aplicação da pena devida, fica na obrigação de levar o fato ao conhecimento da autoridade competente. É o que determina a lei penal (CP, art. 320). (MEIRELLES, 2001, p. 125).

Quanto a esse aspecto, Egberto Maia Luz⁸ (1992, p. 166) ainda acrescenta “não deve apenas corresponder ao Estado o direito, de punir, porém, mais do que este, o dever de punir”.

⁸ LUZ, Egberto Maia. Direito Administrativo Disciplinar. Curitiba: Revista Dos Tribunais, 1992.

3. AS INOVAÇÕES DA LEI ESTADUAL Nº. 16.544/2010

Com o advento da Lei Estadual nº. 16.544/2010, várias inovações são introduzidas no diploma legal que determinam uma nova ordem institucional no tocante aos processos disciplinares no âmbito da PMPR.

A Apuração Disciplinar de Licenciamento surge como um novo processo disciplinar destinado a julgar a capacidade de praça ativa ou inativa, com menos de 10 (dez) anos de serviço prestados à Corporação, na data do fato, para permanecer, nas fileiras da PMPR, na condição em que se encontra.

Ressalte-se que anteriormente não havia previsão legal para o julgamento de praças sem estabilidade funcional, valendo-se a instituição de procedimento disciplinar sumário, e não raras vezes de sindicância disciplinar para apurar as faltas funcionais.

A nova legislação prevê a indicação de um subtenente ou primeiro-sargento para atuar como escrivão nos casos de Apuração Disciplinar de Licenciamento (artigo 23, parágrafo único).

O Conselho de Disciplina, antes regido pela Lei nº. 6.961, de 28 de novembro de 1977 - Lei do Conselho de Disciplina, de acordo com a nova lei, é destinado a julgar a capacidade de praça especial ou de praça, com mais de 10 (dez) anos de serviço prestados à Corporação para permanecer, nas fileiras da PMPR, na condição em que se encontra.

A composição das Comissões Processantes era composta por 03 (três) oficiais da Corporação, sendo o Presidente, no mínimo, um Oficial Intermediário, cabendo ao mais moderno as atribuições de escrivão.

Nesse caso a nova lei prevê a possibilidade de um subtenente ou primeiro-sargento atuar como escrivão (artigo 23, § 1º), devendo no entanto ser presidida por, no mínimo, um oficial intermediário.

O Conselho de Justificação, também antes regido pela Lei nº. 8.115, de 25 de junho de 1985 - Lei do Conselho de Justificação destina-se a julgar a capacidade de Oficial, ativo ou inativo, para permanecer, nas fileiras da PMPR, na condição em que se encontra.

Em relação à composição desse Conselho Processante, serão designados 03 (três) oficiais da Corporação, todos superiores ao acusado, não cabendo nesse caso, a designação de praças para compor a Comissão Processante.

Registre-se que o artigo 5º, inciso VI, também prevê a submissão de militar estadual a processo disciplinar quando reprovado no estágio probatório ou na avaliação de desempenho de atribuições institucionais reguladas por ato do Comandante-Geral, como oficial, aspirante-a-oficial ou soldado de primeira-classe.

Igualmente, o cadete ou o soldado de segunda-classe será submetido a Conselho, se for considerado inapto, no período de formação, na avaliação de desempenho das atribuições institucionais regulada por ato do Comandante-Geral.

O prazo para a elaboração dos processos disciplinares passou a ser de 40 (quarenta) dias úteis, a contar da data da instauração, inclusive remessa de relatório, podendo este prazo ser prorrogado em até 20 (vinte) dias úteis, em razão de pedido devidamente fundamentado pela autoridade processante. Cabe também ao Comandante-Geral determinar o sobrestamento pelo período que se fizer necessário.

Na legislação revogada este prazo era de apenas 30 (trinta) dias, podendo em casos excepcionais ser prorrogado por mais 20 (vinte) dias, sem especificar a distinção entre dias úteis e dias não úteis.

A ordem das oitivas também ficou claramente definida, sendo primeiramente ouvidas as testemunhas arroladas no libelo acusatório, e depois destas, as testemunhas arroladas pela defesa.

Após a inquirição da última testemunha é que será realizada a sessão para qualificação e interrogatório do acusado.

A nova legislação também contempla a previsão de remessa dos autos para o Tribunal de Justiça do Paraná, nos casos de condenação de praças.

É preciso lembrar que também foi extinta a previsibilidade de reforma, nos casos de condenação das praças com estabilidade assegurada.

A ampliação do prazo de prescrição para 06 (anos) a contar da data do fato motivador, para os casos de Apuração Disciplinar de Licenciamento, Conselho de Disciplina, igualando-se tal prazo ao Conselho de Justificação.

Ressalte-se que as Leis 6.691/1977 e 8.115/1985 continuam vigentes para os procedimentos administrativos instaurados antes da entrada em vigor da Lei Estadual nº. 16.544/2010, e que ainda continuam em andamento.

Com relação aos prazos de defesa estes ficaram assim estabelecidos:

- 05 dias úteis defesa inicial: entrega do libelo acusatório;
- 08 dias úteis defesa final: após instrução do processo;

- 12 dias úteis autos em cartório: quando houver mais de um militar e defensores distintos;
- Prorrogação do dobro do prazo para conclusão dos trabalhos, se demonstrada necessidade;
- nos dois últimos: exclusão do prazo para conclusão
- 05 dias úteis de prazo excepcional: para defesa depois do interrogatório do acusado, podendo esta fase de requerimentos, ser dispensada pela defesa.

Por fim, convém ressaltar que essas previsões, ou seja, de praças graduadas atuarem como escrivães, são novidades na esfera administrativa da Polícia Militar do Paraná, constituindo-se estas num pioneirismo da nossa legislação a nível da Brasil.

Isto vem valorizar e engrandecer as atribuições dos subtenentes e sargentos, uma vez que aproveita o conhecimento e a experiência dos ditos graduados para colocá-los em uma condição de julgadores e partícipes do processo de controle disciplinar institucional.

4 A HIERARQUIA E A DISCIPLINA MILITARES

A hierarquia e disciplina militares são princípios constitucionais que constituem a base das organizações militares, condensando valores como o respeito à dignidade da pessoa humana, o patriotismo, o civismo, o profissionalismo, a lealdade, a constância, a verdade, a honra, a honestidade e a coragem. Tais princípios pretendem dar máxima eficácia às instituições militares, conferindo-lhes poder e controle sobre seus integrantes.

4.1 HIERARQUIA MILITAR

Hierarquia é, segundo o Regulamento Disciplinar do Exército, “a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas”

A hierarquia nas Forças Auxiliares é semelhante à do Exército, sendo que foram separados em Círculos de convivência: Cabos e Soldados, Subtenentes e Sargentos, Praças Especiais, Oficiais Subalternos, Oficiais Intermediários, Oficiais Superiores.



















O círculo de Oficiais Gerais somente existe na Marinha, Exército e Aeronáutica, cujas promoções são dadas pelo Presidente da República Federativa do Brasil e possui legislação específica e foro particular.

Dentro do círculo de Subtenentes e Sargentos, encontram-se os o 3º Sargento, o 2º Sargento, o 1º Sargento e o Subtenente, conforme a figura da página seguinte.

Aliás, a disciplina e a hierarquia militares são tão relevantes que foram alçadas à condição de base institucional das Forças Armadas, nos termos do caput do artigo 14 da Lei 6880/80 (Estatuto dos Militares), e além desta previsão legislativa ordinária, tais características foram salientadas em texto constitucional, conforme previsão do Art. 142 da Constituição Federal.

Essas características estão previstas também como base das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, conforme redação do Art. 42 da Constituição Federal.

FIGURA 2 – QUADRO DOS POSTOS E GRADUAÇÕES NA PMPR

Oficiais Superiores				
				
<u>Coronel</u> PM/BM	<u>Tenente-coronel</u> PM/BM	<u>Major</u> PM/BM		
Oficial Intermediário	Oficiais Subalternos			
				
<u>Capitão</u> PM/BM	<u>Primeiro-tenente</u> PM/BM	<u>Segundo-tenente</u> PM/BM		
Praça Especial	Praça			
				
<u>Aspirante</u> PM/BM	<u>Subtenente</u> PM/BM			
Praças graduados da Polícia Militar				
				
<u>1º Sargento</u> PM/BM	<u>2º Sargento</u> PM/BM	<u>3º Sargento</u> PM/BM	<u>Cabo</u> PM/BM	<u>Soldado</u> 1ª Classe PM/BM
				
Praças graduados do Corpo de Bombeiros Militar				

4.2 A DISCIPLINA MILITAR

Disciplina militar “é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.”⁹

O poder disciplinar, apresentado como decorrência da hierarquia, permeia toda a Administração Pública nas relações entre seus agentes e, “no caso das instituições militares, a hierarquia e a disciplina consistem em seus verdadeiros pilares constitucionais.”¹⁰

A disciplina militar é o que se pode chamar de “disciplina qualificada” se observada em relação à disciplina exigida de outros servidores, já que é detentora de institutos próprios, “com a imposição de comportamentos absolutamente afinados aos imperativos da autoridade, do serviço e dos deveres militares, o que em regra não se exige do serviço público civil.”¹¹

A proteção da hierarquia e da disciplina exige das instituições militares um controle rígido, orientado por normas e regulamentos internos que se destinam a moldar a conduta de seus agentes. Nesta perspectiva é que, se de um lado tem-se a hierarquia e a disciplina como um conceito de valor, cujo fundamento está presente na Constituição, também o servidor militar tem a seu favor garantias constitucionais, que lhe permitem questionar os atos da administração militar a que está subordinado.

O *rigorismo* que expressa a diferença entre a disciplina dos servidores civis e a dos servidores militares, não pode ser confundido com autoritarismo. O rigorismo é a rigidez no cumprimento eficiente das tarefas militares. Não significa que a disciplina deve ser utilizada como método de incutir temor na tropa. A disciplina deve ser utilizada como uma forma de comando, visando corrigir o militar e redirecionando-o nos objetivos da corporação.

⁹ Estatuto dos Militares, art. 14º, § 2º; RDE, art. 8º, caput.

¹⁰ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 2001. p. 90.

¹¹ MARTINS, Eliezer Pereira. Direito Administrativo Disciplinar Militar e sua Processualidade.

São Paulo: Editora de Direito, 1996. p. 24.

A interpretação dos princípios da hierarquia e da disciplina militares e sua concretização, somente é auferida quando é desencadeado o processo administrativo disciplinar que leva à sanção ou absolvição do militar infrator. Fora disto é arbitrariedade e abuso de poder, eis que dissociado dos limites de obediência à lei.

Vale aqui registrar o contido no Diário Oficial da União, em sua publicação do dia 05 de dezembro de 1991:

“Na vida, cada cidadão segue um caminho. Cada caminho seguido tem sua própria feição. Se o cidadão resolve seguir a vida militar, deve estar ciente de que é uma vida cheia de limitações, cheia de imposições, que no mundo civil, às vezes são até absurdas, mas que no mundo militar justificam-se pelos princípios da hierarquia e disciplina”

Finalmente, e não menos importante, pode-se destacar que o presente estudo tem um interesse fundamental na busca de explicações para o modo de como a Instituição deve manter o controle da disciplina, por meio dos instrumentos legais de que dispõe; do preparo individual dos oficiais e sargentos, e por fim do incremento da instrução a todos os seus integrantes.

5 OS PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS NA PMPR

A prática de uma transgressão disciplinar faz surgir para a administração militar o que se denomina de *jus puniendi* (isto é, direito de punir) que somente poderá ser exercido por meio de um processo administrativo, que passou a ser denominado pela doutrina de processo administrativo disciplinar militar.

No âmbito da PMPR, são instrumentos de apuração de infrações disciplinares, a Sindicância, o Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar, a Apuração Disciplinar de Licenciamento, Conselho de Disciplina, Conselho de Justificação.

5.1 SINDICÂNCIA

No meio jurídico, entende-se por sindicância (do grego *súndikos*) qualquer processo administrativo pelo qual servidores são incumbidos de realizar uma investigação administrativa, reunindo num caderno processual as informações obtidas, com o objetivo de esclarecer um determinado ato ou fato cujo esclarecimento e apuração são de interesse da autoridade que determinou sua instauração.

De acordo com o artigo 1º da Portaria do Comando Geral nº. 338, de 24 de abril de 2006, a sindicância é o processo de natureza administrativa e de caráter inquisitorial que tem por finalidade apurar fato, de autoria determinada ou não, produzindo provas e esclarecendo circunstâncias, de forma a subsidiar decisão da autoridade competente.

Quando destinada a averiguar notícia de transgressão disciplinar, buscará a sindicância aclarar as condições que envolvam a falta funcional e determinar a sua autoria, antecedendo a adoção de outras providências (Art. 1º, § 1º).

A sindicância deverá ser instaurada para reunir elementos atinentes à existência de situações constitutivas de direito, de maneira a permitir o eventual reconhecimento pela autoridade competente, bem como para comprovar a ocorrência de acidente em serviço (Art. 1º, § 2º).

Pode-se afirmar que a sindicância é um inquérito administrativo, que precede ao processo administrativo disciplinar, é medida cautelar, é procedimento prudente da administração para apurar irregularidades eventualmente existentes.

5.2 FORMULÁRIO DE APURAÇÃO DE TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR

A Portaria do Comando Geral nº. 339, de 27 de abril de 2006, regula as providências necessárias à confecção do Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar – FATD.

O FATD deve ser instaurado a partir do conhecimento de fato disciplinar com autoria conhecida, tendo como base o Anexo I do Regulamento Disciplinar do Exército – Relação de Transgressões Disciplinares.

Segundo o artigo 1º da referida Portaria:

Art. 1º A autoridade competente, ao presenciar ou tomar conhecimento da ocorrência de transgressão disciplinar resultante de apuração em sindicância, ou comunicada por intermédio de parte disciplinar ou outro expediente, a exemplo de informação, representação ou requerimento, deverá pessoalmente expedir ou determinar a um Oficial ou Aspirante-a-Oficial que expeça, ao militar estadual apontado como autor do fato, Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar (FATD).

Não somente a autoridade competente, mas qualquer militar que presenciar, ou tomar conhecimento de prática de transgressão disciplinar, envolvendo superior, igual ou subordinado, deve comunicar por meio de parte, ou outro instrumento documental equivalente, a ocorrência do fato aos seus superiores hierárquicos.

Constitui-se assim o FATD em procedimento administrativo útil para apurar as circunstâncias em que se manifestam as transgressões disciplinares, bem como determinar as responsabilidades dos autores.

Vale lembrar que na apuração de eventuais práticas de transgressão disciplinar cabe ao militar acusado o direito à ampla defesa e do contraditório, podendo valer-se de todos os meios lícitos para o exercício da sua defesa.

Ainda ressalte-se que a punição disciplinar objetiva a preservação da disciplina e deve ter em vista o benefício educativo ao punido e à coletividade a que ele pertence.

5.3 APURAÇÃO DISCIPLINAR DE LICENCIAMENTO

Constitui-se no processo disciplinar atualmente regulado pela Lei Estadual nº. 16.544/2010, que tem por finalidade julgar a capacidade de praça especial ou de praça, ativa ou inativa, com mais de 10 (dez) anos de serviço prestados à

Corporação para permanecer, nas fileiras da PMPR, na condição em que se encontra.

Para compor a comissão processante será designado um oficial para a presidência, cabendo a este designar um Subtenente ou Primeiro-Sargento para servir como escrivão, caso este já não tenha sido nomeado na Portaria de Instauração.

Cumpramos ressaltar que a designação de praças graduadas para servirem como escrivão nas comissões processantes é novidade introduzida por meio da lei em epígrafe, constituindo-se num avanço jurídico no campo da Doutrina Militar.

5.4 CONSELHO DE DISCIPLINA

Trata-se também de processo disciplinar também regulado pela Lei Estadual nº. 16.544/2010, que tem por finalidade julgar a capacidade de praça, ativa ou inativa, com mais de 10 (dez) anos de serviço prestados à Corporação para permanecer, nas fileiras da PMPR, na condição em que se encontra.

Para compor a comissão processante serão designados três membros, sendo o mais antigo no mínimo um oficial intermediário a quem caberá a presidência, e ao mais moderno os encargos de escrivão, podendo esta recair sobre Subtenente ou Primeiro-Sargento.

Novamente vê-se aqui a previsão legal para que os Subtenentes e Primeiros Sargentos possam atuar como escrivão, integrando uma Comissão Processante.

5.5 CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO

O Conselho de Justificação destina-se a julgar a capacidade de oficial, ativo ou inativo, para permanecer, nas fileiras da PMPR, na condição em que se encontra.

A Comissão processante neste caso é constituída de três oficiais mais antigos do que o acusado, cabendo ao oficial mais antigo a Presidência e ao mais moderno os encargos de escrivão.

5.6 MEDIDAS CORRETIVAS ESCOLARES

As Medidas Corretivas Escolares estão reguladas pela Portaria do Comando Geral da PMPR nº. 294, de 16 de março de 2009, que instituiu o Sistema Disciplinar

Especial, e são aplicadas no âmbito interno dos estabelecimentos de ensino da PMPR.

A sua aplicação decorre da prática de transgressão disciplinar de aluno dos cursos de formação, aperfeiçoamento ou especialização, cuja ocorrência seja por descumprimento de ordem ou instrução no âmbito interno do curso e que não tenha maior repercussão, não podendo ter reflexos no decoro da classe ou pundonor militar.

Evidente que, se durante a realização de cursos na Corporação, o militar vier a praticar infração no exercício das suas atribuições, que tenha repercussão ético-moral que afete a honra pessoal, o decoro da classe ou o pundonor militar ser-lhe-ão aplicadas as cominações previstas na Lei Estadual nº. 16.544/2010.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

6.1 PÚBLICO-ALVO

A pesquisa foi direcionada aos Subtenentes e Sargentos que prestam serviços e estão lotados no Sétimo Batalhão de Polícia Militar - 7º BPM e na 5ª Companhia Independente de Polícia Militar – 5ª CIPM, com o fim de colher dados que possam ilustrar o presente trabalho técnico-científico, no sentido de mensurar as consequências impostas pela nova legislação que trata dos procedimentos administrativos disciplinares.

6.1 MÉTODO

O método empregado foi o de pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa, como um todo, foi dividida em dois momentos: no primeiro, por meio de documentação indireta foi utilizado a pesquisa bibliográfica, analisando diversas publicações existentes acerca do tema. Nessa fase, também foi utilizada uma pesquisa documental direta, tratando-se das fontes estatísticas; no segundo, por meio de aplicação de questionário previamente elaborado, buscando-se os resultados propriamente ditos, constituindo-se este no método hipotético-dedutivo, com tratamento estatístico.

6.3 QUESTIONÁRIO

O questionário foi elaborado, tendo-se por base avaliar o nível de conhecimento individual dos pesquisados, suas facilidades e dificuldades, satisfação e motivação, no tocante ao exercício das atividades burocráticas que dependam do conhecimento profundo do Direito Administrativo Disciplinar Militar.

Nele, permitiu-se aos pesquisados que manifestassem suas opiniões pessoais acerca da efetividade do sistema de controle interno da Polícia Militar, o apoio dos Oficiais, auto-avaliações, bem como sugestões para a melhoria do sistema de doutrinação da PMPR.

6.4 ENTREGA E COLETA DOS QUESTIONÁRIOS

A pesquisa foi realizada no período de 05 de julho a 08 de agosto, a qual foi disponibilizada por meio eletrônico (via internet), respondida por 25 graduados das Unidades pesquisadas.

Encerradas as manifestações escritas, estas foram analisadas, constituindo-se ao final, no conjunto das informações que passaram a ser compiladas e tabuladas, permitindo mensurar os resultados propostos e acatar as sugestões expostas.

7 ANÁLISES DOS DADOS

Para melhor entendimento sobre as respostas das questões propostas no questionário elaborado pelo autor, subdividiu-se a interpretação das informações em dois contextos, ou seja, primeiro a análise sequencial das questões objetivas, e em seguida, uma avaliação geral sobre a opinião e sugestões dos pesquisados.

7.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES OBJETIVAS

As respostas das questões 1 e 2 que tratam respectivamente da graduação ocupada pelos pesquisados e do tempo individual de serviço, foram agrupadas em um único grupo, para que se conhecesse o perfil da amostra utilizada na presente pesquisa. Dessa forma tem-se o quadro a seguir que retrata o conjunto dessas informações:

FIGURA 1 – QUADRO DEMONSTRATIVO DOS SUBTENENTES E SARGENTOS PESQUISADOS DA ÁREA DO 7º BPM E 5ª CIPM

TEMPO DE SERVIÇO	GRADUAÇÃO			
	Subtenente	1º Sargento	2º Sargento	3º Sargento
De 0 a 5 anos incompletos				
De 5 anos completos a 10 anos incompletos				1
De 10 anos completos a 15 anos incompletos			1	1
De 15 anos completos a 20 anos incompletos			4	5
De 20 anos completos a 25 anos incompletos		1	2	1
Com mais de 25 anos	3	2	1	3
SOMA	3	3	8	11

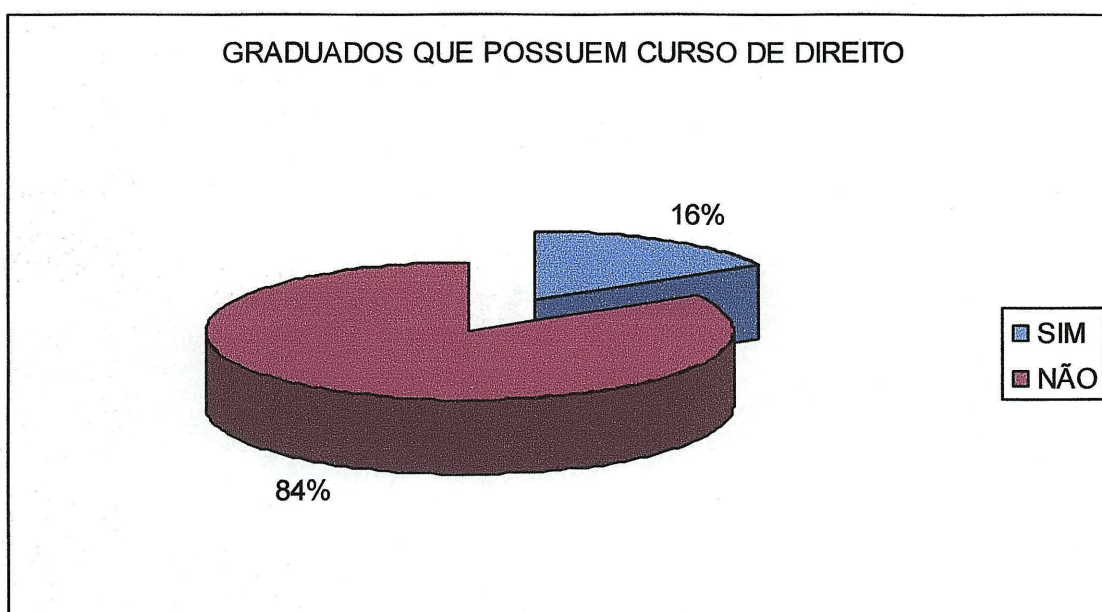
FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

QUESTÃO 3: Possui o Curso Superior de Direito?

A pergunta foi colocada aos pesquisados com o fim de quantificar, pela amostra, o percentual de Subtenentes e Sargentos que possuem Curso de nível superior de Direito, portanto, efetivamente preparados para a atividade jurídica no âmbito administrativo da PMPR.

Os dados podem assim ser demonstrados:

GRÁFICO 1 – SUBTENENTES E SARGENTOS QUE POSSUEM CURSO SUPERIOR DE DIREITO



FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

Pelo gráfico, é possível ver claramente que apenas 16% dos pesquisados possuem Curso Superior de Direito, que em tese, os dota de pleno conhecimento do Direito e dos trâmites processuais, sendo estes necessários à eficaz produção de procedimentos disciplinares.

Possuir o Curso Superior de Direito não é requisito exigido para a lavratura de processos disciplinares, mas o conhecimento jurídico normativo amplia em muito a possibilidade de aproveitamento desse saber na produção dos procedimentos.

Não se pode olvidar do saber empírico das praças graduadas, conquistado e angariado ao longo de vários anos de labor administrativo no campo do Direito Administrativo Disciplinar.

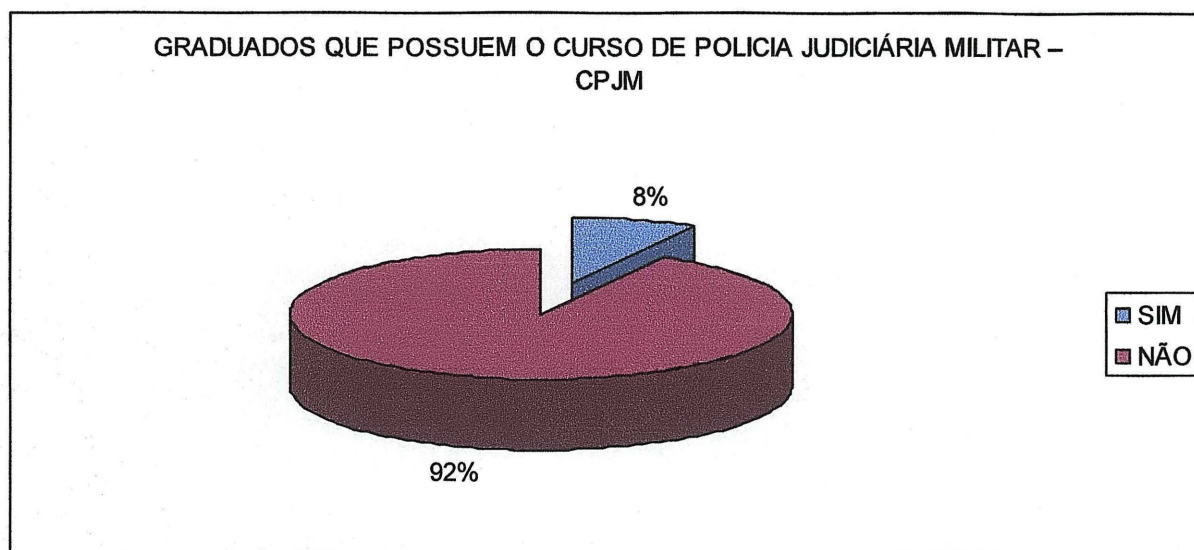
QUESTÃO 4: Possui o Curso de Polícia Judiciária Militar?

Esta questão foi colocada aos pesquisados com o fim de quantificar, pela amostra, o percentual de Subtenentes e Sargentos que possuem Curso de Polícia Judiciária Militar, que é oferecido anualmente pela Corporação aos Oficiais e Sargentos como Curso de Especialização no campo do Direito Administrativo, Penal e Penal Militar.

Este curso visa dotar os Oficiais e Sargentos de conhecimentos técnicos e jurídicos para atuarem nas Seções de Justiça e Disciplina, e no assessoramento das atividades de Estado Maior.

Os dados foram assim apresentados:

GRÁFICO 2 – GRADUADOS QUE POSSUEM O CURSO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR – CPJM



FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

Vê-se pelo gráfico que apenas 8% dos pesquisados possuem Curso de Polícia Judiciária Militar, denotando assim que há pouca oferta de cursos de especialização pela PMPR, e por conta disso, muitos são os graduados que ainda não quiseram ou não puderam frequentar esse Curso.

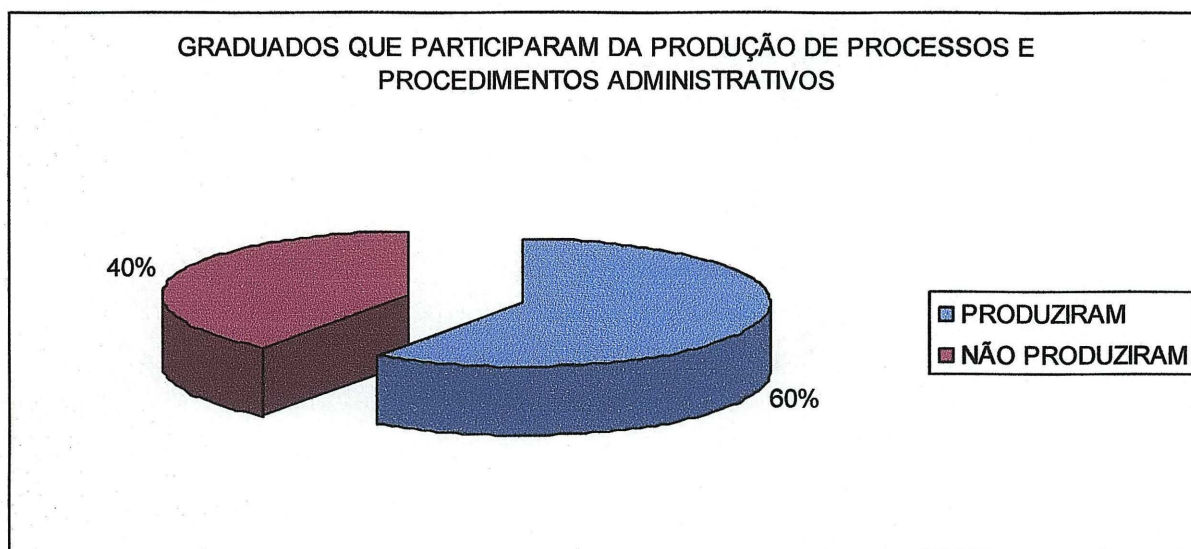
O Curso de Polícia Judiciária Militar visa capacitar os Oficiais e praças graduadas para o exercício das funções atinentes à área da Justiça e Disciplina, notadamente na melhoria da produção de processos e procedimentos administrativos.

QUESTÃO 5: Já participou da produção de procedimentos administrativos disciplinares?

Esse questionamento foi proposto para se mensurar, percentualmente, dentre os pesquisados, os que já exerceram de forma prática as atividades de polícia judiciária militar.

Assim ficou expresso o conjunto de respostas:

GRÁFICO 3 – SUBTENENTES E SARGENTOS QUE PARTICIPARAM DA PRODUÇÃO DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS



FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

Diante deste gráfico vê-se que, mesmo sem estarem devidamente preparados, os pesquisados trabalham ativamente na elaboração dos procedimentos disciplinares, constituindo estes em 60% da amostra, em detrimento de 40% dos que não participaram da elaboração desses procedimentos.

Mais uma vez comprova-se que a Administração da PMPR vale-se dos conhecimentos e experiências dos seus integrantes para atender à demanda na produção de procedimentos administrativos.

Ressalte-se que, muitos graduados, embora destacados e prestando serviços em outras localidades, são comumente convocados a atuarem como auxiliares na produção de processos disciplinares.

QUESTÃO 6: Se sua resposta anterior foi sim, especifique quantas vezes atuou como escrivão ou como responsável pelos processos disciplinares:

Em complemento à questão anterior, foi especificado dentre os pesquisados o total de processos e procedimentos administrativos elaborados, conforme se vê no quadro a seguir:

**QUADRO 1 – PROCESSOS E PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS
ELABORADOS COM A PARTICIPAÇÃO DOS PESQUISADOS NO ÂMBITO DO
7º BPM CRUZEIRO DO OESTE E 5ª CIPM – UMUARAMA**

Apuração Disciplinar de Licenciamento – ADL (*)	01
Conselho de Disciplina – CD	03
Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar – FATD	52
Sindicância Disciplinar – SIND	01
SOMA	57

(*) Dados relativos a contar da vigência da Lei 16.544/2010.

FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

Para entender em quais procedimentos disciplinares os pesquisados participaram é que se especificou a espécie dos presentes dados.

A Apuração Disciplinar de Licenciamento, porque se trata de uma nova modalidade processual, vigente a contar de 14 de julho de 2010 (Lei nº. 16544/2010) aparece com apenas uma ocorrência.

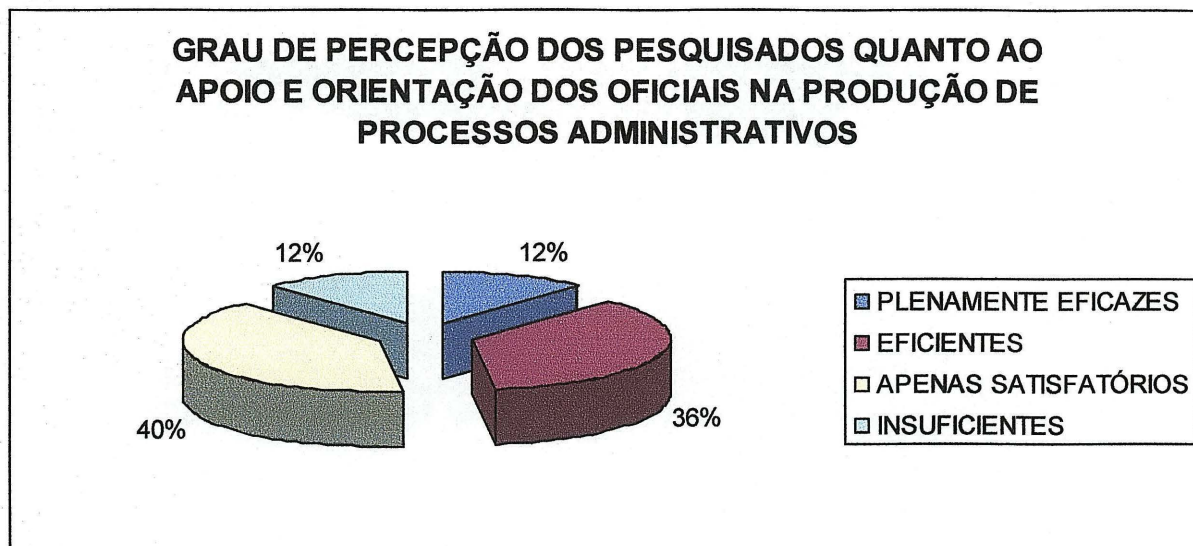
Os dados se referem à produção dos pesquisados em todo o seu tempo de serviço, o que reflete uma variabilidade funcional, vez que entre os entrevistados há uma grande variedade de tempo integral de serviço à Corporação.

Note-se, porém, que o volume de processos é elevado em função do pequeno efetivo existente ao longo de décadas nas áreas das localidades pesquisadas.

QUESTÃO 7 - Considerando o apoio e orientação dos Oficiais nos serviços administrativos, e em particular, na elaboração dos processos administrativos disciplinares, você os considera:

Esse quesito procurou avaliar qualitativamente o apoio dos Oficiais aos Subtenentes e Sargentos, quando da elaboração de processos administrativos, sendo que o conjunto das respostas ficou assim demonstrado:

GRÁFICO 4 – GRAU DE PERCEPÇÃO DOS PESQUISADOS QUANTO AO APOIO E ORIENTAÇÃO DOS OFICIAIS NA PRODUÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS



FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

Por meio desse gráfico, é possível entender que os graduados pesquisados consideram o apoio e orientação dos oficiais plenamente eficazes (12%), eficientes (36%), apenas satisfatórios (40%) e insuficientes (12%).

Nesse panorama, vê-se que a necessidade de se melhorar o nível de trabalho interativo entre os Oficiais e os graduados.

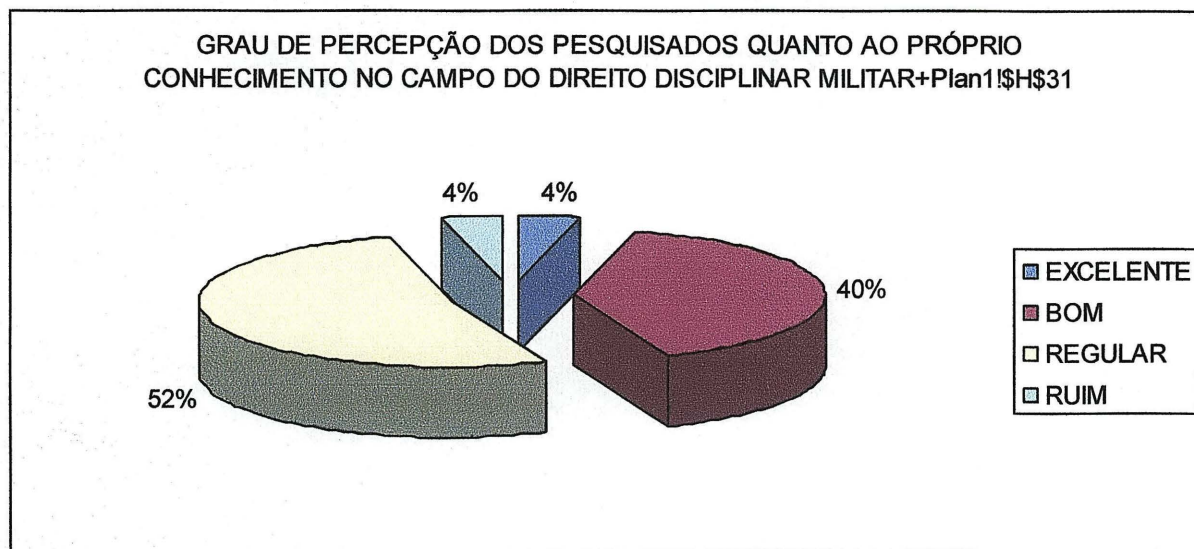
O número de apenas 12% de graduados que entendem ser o apoio e orientação dos oficiais insuficientes e de 40% apenas satisfatórios merece uma breve e séria reflexão sobre o desinteresse dos Oficiais em ajudarem os seus subordinados.

A idéia que se apresenta é de que, se por um lado os graduados não receberam o devido apoio, por outro podem ter deixado de procurar convenientemente essas orientações, cabendo nesse caso, aos Oficiais identificarem essa necessidade.

O número de 36% de apoio e orientação considerados eficientes e 12% plenamente eficazes reflete que quase metade dos graduados são realmente devidamente orientados e apoiados para o exercício das suas atividades funcionais.

QUESTÃO 8 - Quanto ao seu próprio nível de conhecimento doutrinário no campo do Direito Disciplinar Militar você se avalia como sendo:

GRÁFICO 5 – GRAU DE PERCEPÇÃO DOS PESQUISADOS QUANTO AO PRÓPRIO CONHECIMENTO NO CAMPO DO DIREITO DISCIPLINAR MILITAR



FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

Nessa auto-avaliação, apenas 4% dos graduados consideram-se excelentes conhecedores da Doutrina Militar, que os habilitam a trabalharem com plena convicção na produção administrativa.

40% que se consideram como bons conhecedores demonstram que possuem conhecimento relativo das premissas constitucionais e doutrinárias, carecendo de uma melhoria dos seus níveis de conhecimentos.

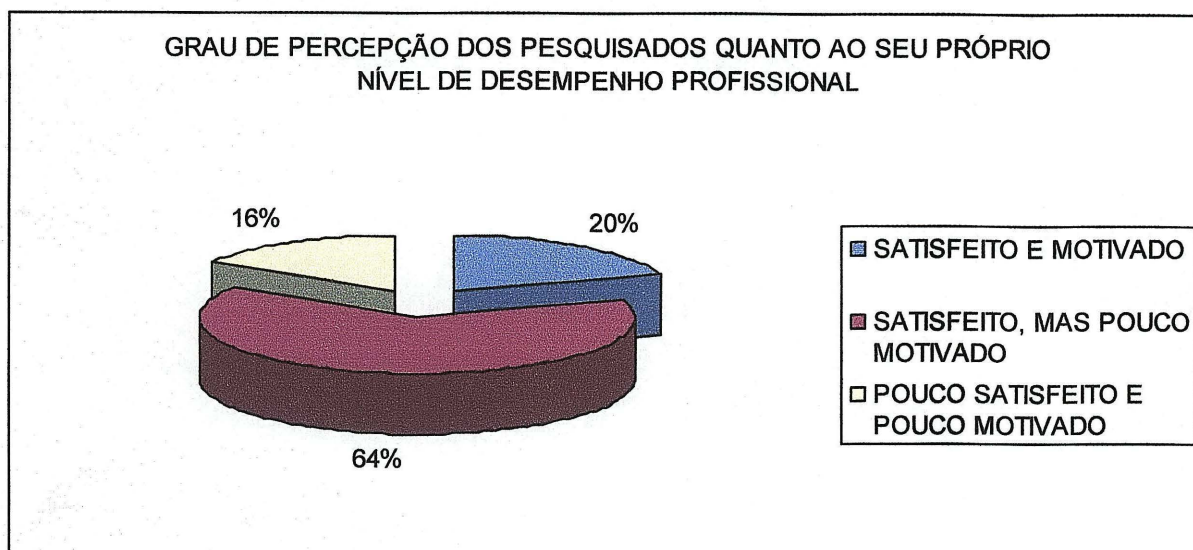
Já por sua vez, 52% dos pesquisados acham que possuem conhecimentos limitados e avaliam-se como regulares, demonstram a real necessidade de se aprimorarem no campo doutrinário disciplinar.

Os que se consideram como ruins, em torno de 4% refletem o total despreparo e desinteresse profissional na busca de conhecimentos doutrinários, fato este que reputo como preocupante.

Note-se que na quase totalidade 92% situa o nível de conhecimento como bons ou regulares.

QUESTÃO 9 - Quanto ao desempenho das suas atividades profissionais na área administrativa e operacional você se sente:

GRÁFICO 6 – GRAU DE PERCEPÇÃO DOS PESQUISADOS QUANTO AO SEU PRÓPRIO NÍVEL DE DESEMPENHO PROFISSIONAL



FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

Quanto ao nível de satisfação e motivação pessoal, a grande maioria (64%) declarou-se como apenas satisfeito e pouco motivado.

Esse dado é relevante, pois demonstra a necessidade da Corporação em avaliar as causas prováveis da pouca motivação profissional.

Satisfeito e motivado foi a resposta de apenas 20% dos pesquisados, que traduz a plena realização profissional e o interesse em laborar a favor da Instituição.

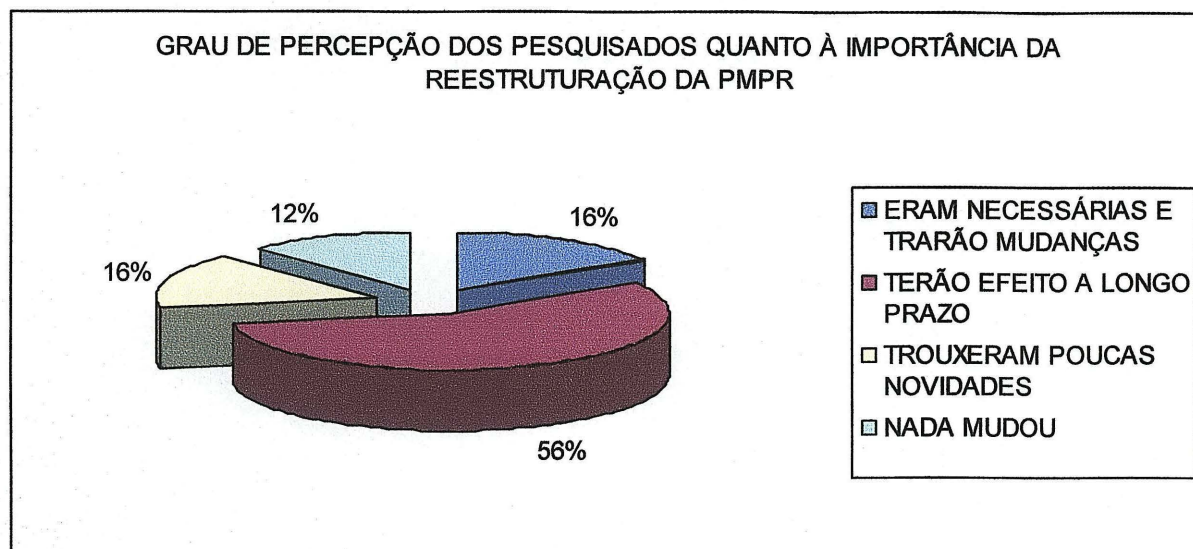
Também, 16% declararam-se pouco satisfeitos e pouco motivados, traduzindo-se aí um reflexo claro da auto-estima em baixa e o total desinteresse pelos objetivos institucionais.

O quesito plenamente insatisfeito e desmotivado não foi respondido por nenhum dos pesquisados.

No conjunto das respostas analisadas fica evidente a necessidade da Instituição em promover ações motivadoras e a promoção de atividades que levem à auto-realização profissional, com o fim de elevar os índices de satisfação pessoal e profissional.

QUESTÃO 10 - Quanto à nova estrutura organizacional da PMPR, você considera que:

GRÁFICO 7 – GRAU DE PERCEPÇÃO DOS PESQUISADOS QUANTO À IMPORTÂNCIA DA REESTRUTURAÇÃO DA PMPR



FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

Considerada a importância da reestruturação na PMPR, 16% dos graduados se manifestaram afirmando que tais mudanças eram necessárias e trarão efetiva mudança na qualidade dos serviços e na melhoria da imagem da Instituição.

A grande maioria: 56% entendem que a reestruturação terá efeito positivo a longo prazo, o que demonstra a dificuldade de implantar a curto prazo uma nova postura organizacional, posto que as mudanças são pouco a pouco percebidas.

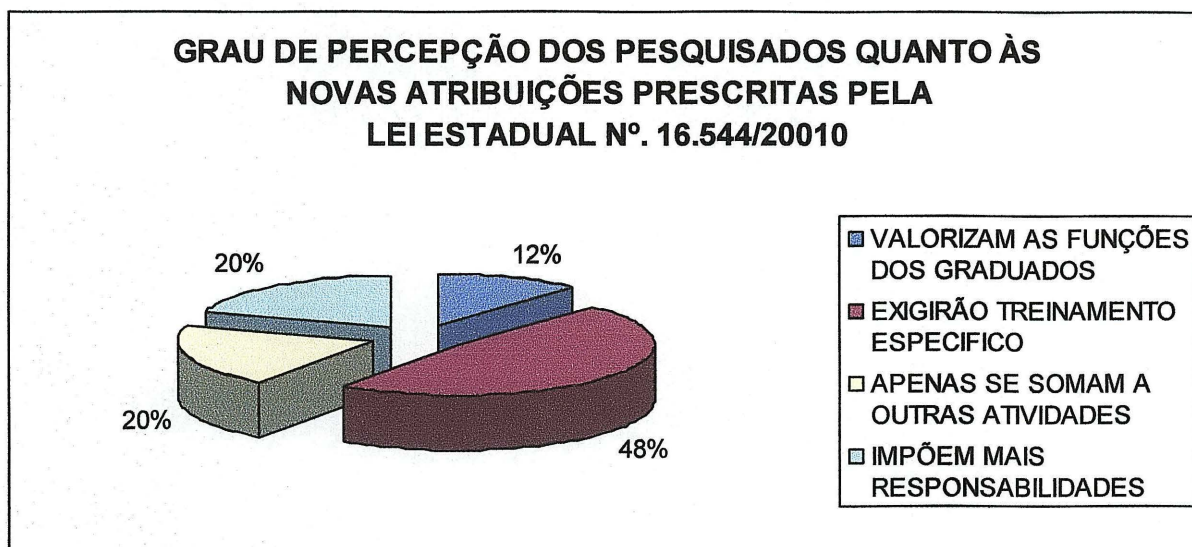
Por outro lado, 16% dos pesquisados acham que houve poucas mudanças significativas, que denota uma baixa percepção das mudanças ora impostas pela grande reestruturação por que passa a Corporação.

Por fim, 12% dos pesquisados acham que nada mudou; o que demonstra que muitos militares estaduais sequer se preocupam em acompanhar as mudanças que estão ocorrendo no seio da Corporação e carecem realmente de serem motivados a se atualizarem.

Nota-se assim que a maioria dos pesquisados se apercebem das mudanças estruturais que estão se operando na Instituição e validam a sua eficiência e eficácia.

QUESTÃO 11 - Quanto ao texto da nova Lei Estadual nº 16.544, de 14 de julho de 2010, que instituiu novas atribuições aos Subtenentes e Sargentos, você considera apenas que:

GRÁFICO 8 – GRAU DE PERCEPÇÃO DOS PESQUISADOS QUANTO ÀS NOVAS ATRIBUIÇÕES PRESCRITAS PELA LEI ESTADUAL Nº. 16.544/20010



FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

Quanto ao emprego de graduados na elaboração de procedimentos disciplinares, 12% dos pesquisados entendem que as mudanças legais vieram valorizar as funções dos graduados;

Outros 48% afirmam que essas atividades exigirão um doutrinamento específico aos graduados, o que vale dizer, dependerão se adquirir mais conhecimentos específicos sobre a Doutrina Militar;

Dentre os pesquisados, 20% acham que essas funções apenas se somam às demais atribuições, o que transparece um claro desinteresse pela atividade disciplinar, não a considerando importante.

Os 20% restante dos pesquisados acham que a nova lei somente impôs mais responsabilidades aos graduados; estes com certeza demonstram não aprovar as mudanças ocorridas.

Assim se vê, que apesar do desinteresse de alguns, a grande maioria se vê valorizados para a nova função legal.

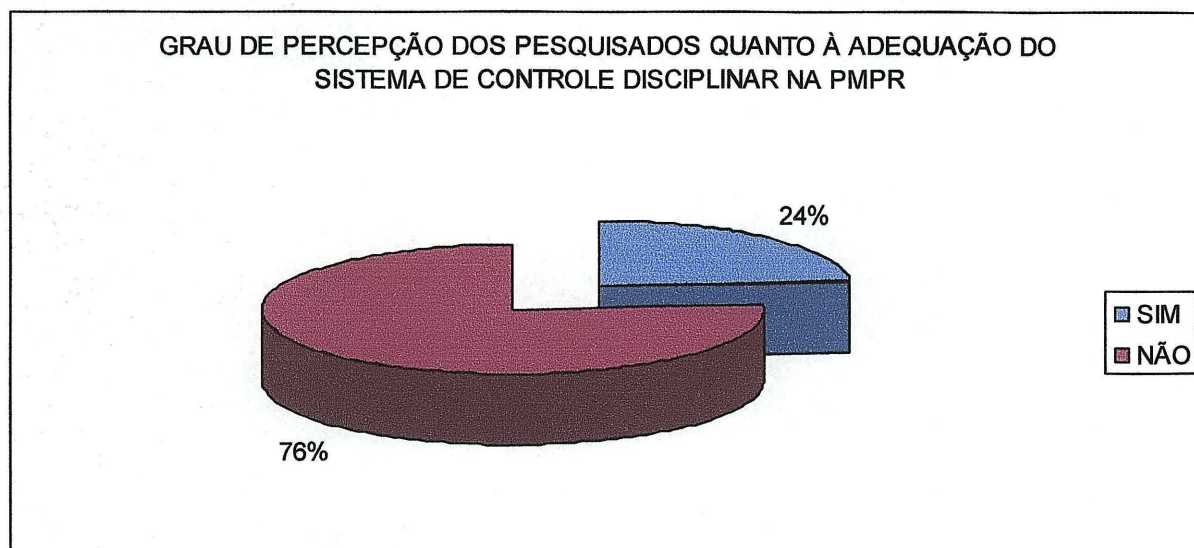
QUESTÃO 12 - Quanto ao ensino do Direito Administrativo Disciplinar Militar como você avalia as necessidades da Corporação:

Em resposta a essa pergunta todos os pesquisados foram unânicos em afirmar que a disciplina do Direito Administrativo Disciplinar Militar deve ser ministrada em todos os cursos de formação da Corporação.

Isso demonstra o elevado interesse dos pesquisados em ver ampliado o doutrinamento jurídico-militar para todos os policiais militares da Corporação, devendo ser ministrado de forma contínua nas instruções de manutenção, e em especial como disciplina inclusa nos diversos cursos ofertados na PMPR.

QUESTÃO 13 - Em sua opinião o sistema atual de controle disciplinar interno é adequado para a realidade da PMPR?

GRÁFICO 9 – GRAU DE PERCEPÇÃO DOS PESQUISADOS QUANTO À ADEQUAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLE DISCIPLINAR NA PMPR



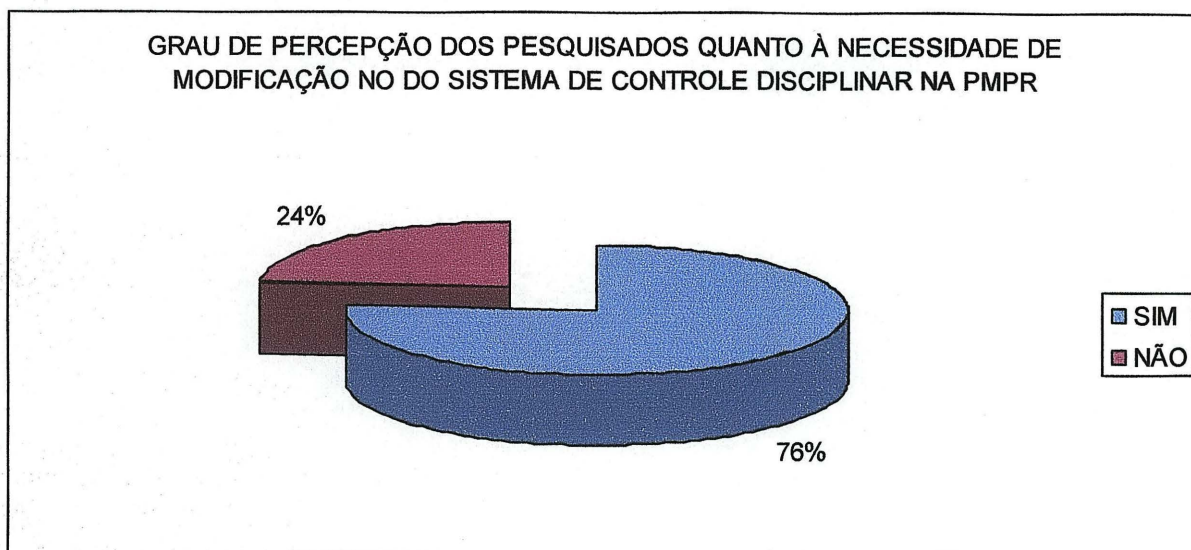
FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

Conforme o gráfico, 76% dos pesquisados acham que o sistema de controle interno da PMPR não é adequado.

Por outro lado 24% que julgam o contrário, ou seja, que o sistema de controle é eficiente e adequado.

QUESTÃO 14 - Em sua opinião, acha necessário que se modifique o sistema de controle disciplinar atual para a PMPR?

GRÁFICO 10 – GRAU DE PERCEPÇÃO DOS PESQUISADOS QUANTO À NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO NO DO SISTEMA DE CONTROLE DISCIPLINAR NA PMPR



FONTE: Pesquisa de campo, 2011.

Validando a questão anterior vê-se que os mesmos 76% dos pesquisados que julgam o sistema de controle funcional inadequado, também entende ser necessária a sua modificação.

Os 24% restante dos pesquisados que julgam ser eficiente o sistema de controle responderam não ser necessário qualquer mudança nesse sentido.

Vale aqui ressaltar que a opinião da amostra não reflete o pensamento do universo de graduados da PMPR, cuja validação somente poderá ser mensurada por meio de uma pesquisa mais abrangente sobre o tema.

Ainda que se verifique o grande número de graduados que julgam a necessidade de mudanças no sistema de controle funcional dos militares estaduais, esses com certeza, desconhecem o número de procedimentos administrativos disciplinares realizados na PMPR, bem como da aplicabilidade de sanções administrativas, sem as quais realmente estariam em risco a estabilidade dos valores institucionais da PMPR.

7.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS QUESTÕES ABERTAS

QUESTÃO 15 - Em sua opinião, que fatores contribuem para a lavratura de processos disciplinares com vícios, que resultam na sua nulidade?

Segundo um dos entrevistados:

Os processos são desenvolvidos por Oficiais e ou Graduados, leigos em conhecimento jurídico ou, apenas com conhecimento técnico básico, ministrado nos cursos da corporação por outros com a mesma formação. Dessa forma, ao serem designados para um processo, e seguirem o rito procedimental peculiar a cada processo, na sua totalidade procuram basear-se em procedimentos anteriormente realizados, com as mesmas características, às vezes, fazendo-se até cópia, mudando apenas os nomes e dados necessários. Ainda, em muitos casos, o processo é desenvolvido obliterando-se direitos constitucionais do militar.

A maioria dos pesquisados afirmaram que a falta de conhecimento técnico sobre o Direito Disciplinar Militar constitui-se na maior contribuição para as causas de nulidades dos procedimentos administrativos internos da PMPR.

A segunda causa mais citada trata-se do formalismo excepcional de que são revestidos os procedimentos disciplinares, sendo que às vezes a preocupação dos responsáveis com a estética formal é maior do que com os aspectos jurídicos e fundamentais que devem nortear a lavratura do caderno processual.

A parcialidade e o pré-julgamento também foram citados como influentes na produção de vícios processuais que dão causa às nulidades, pois deixam transparecer o interesse dos responsáveis pela apuração no resultado final dos processos.

A não observância dos princípios constitucionais de concessão ao acusado do direito à ampla defesa e ao contraditório dá vazão aos defensores do acusado para argumentarem contra a inconsistência dos procedimentos administrativos.

Por fim, as consequências que são impostas à Administração podem ser traduzidas pelo aumento das chances de impunidade ao acusado, bem como no descrédito da população nos trabalhos da Instituição.

QUESTÃO 16 - Em sua opinião, é realmente necessário que os Subtenentes e Sargentos possuam o Curso de Polícia Judiciária Militar ou Curso Superior de Direito para atuar como membros das Comissões Processantes? (Justifique).

Vale aqui expor a opinião de um dos pesquisados:

Sim. Um processo não é meramente aplicação da letra fria de Leis, normas e regras. O processo trata de avaliar a vida e a conduta, os direitos e deveres, e a responsabilidade do indivíduo dentro de um organismo. Esses graduados, além da competência legal e técnica, têm de ter competência intelectual, ter formação específica na área do Direito, sendo capazes de interpretar, avaliar e aplicar Leis, jurisprudências e doutrinas. Com isso garante-se a precisão do processo e aplicação da justiça na sua devida medida.

Do total de pesquisados, sessenta e quatro por cento respondeu a essa pergunta de forma positiva, acrescentando que é necessário o conhecimento jurídico do Direito Militar para que os Subtenentes e Sargentos possam atuar como membros das Comissões Processantes.

Por outro lado, trinta e seis por cento dos pesquisados afirmaram não ser necessário possuir Curso de Direito, nem essencial o Curso de Polícia Judiciária Militar, para que os Subtenentes e Sargentos possam atuar como membros das Comissões Processantes. Alegaram estes que os graduados mencionados devem valer-se dos conhecimentos já adquiridos e demonstrar interesse em ampliar e aprimorar os conhecimentos na área do Direito Militar.

QUESTÃO 17 - Em sua opinião, de que forma a PMPR pode melhorar o ensino (instrução) da Doutrina de Direito Administrativo Disciplinar nas Unidades da Corporação?

Em resposta, um dos pesquisados assim se manifestou:

Apesar dos avanços e aprimoramentos do ensino nos cursos aplicados na PMPR, estes ainda são precários, pois são ministrados por Oficiais que possuem apenas o conhecimento básico das normas e regras descritas em manuais e poucas doutrinas. Quando possuem curso de nível superior, geralmente não é na área do Direito. Para melhorar o ensino e capacitar os profissionais, os cursos realizados na corporação deveriam ter maior carga horária; deveriam ser descentralizados da academia, sendo aplicados em determinadas unidades do interior; realização de reciclagem e atualização do conhecimento do profissional; os instrutores da matéria devem possuir formação superior na área do Direito; aplicar, de forma contínua e sistemática, a doutrina a todos os integrantes da organização.

Corroborando com o acima expresso, os pesquisados fizeram as seguintes sugestões para a melhoria do ensino do Direito Administrativo Disciplinar:

- 1) Realização de cursos de forma descentralizada e regionalizada, com vistas a atender todos os integrantes da Corporação;

- 2) Preparação de Instrutores para atuarem dentro dos Comandos Regionais;
- 3) Elaboração de manual técnico sobre a prática processual de Direito Disciplinar, no âmbito interno da Corporação;
- 4) Incluir a disciplina do Direito Administrativo Disciplinar no currículo de todos os cursos de formação e aperfeiçoamento da PMPR;
- 5) Instrução programada de manutenção sobre a doutrina militar, com periodicidade trimestral.

A questão número 18 foi deixada em aberto para a manifestação individual de sugestões para a presente pesquisa.

Dentre as várias exposições, uma delas se destaca:

É de importância vital, esta pesquisa, para a organização policial militar. A opinião de muitos deve ser considerada. Não deve tal trabalho ser desmerecido e colocado em uma gaveta para ser coberto pela poeira da ignorância. Nós, integrantes da PMPR, queremos nossa organização dentro do século XXI, participando ativamente do processo sócio-democrático brasileiro. Isso somente se consegue com valorização e respeito ao profissional policial militar. Em pesquisas dessa natureza, muitos têm liberdade de expressar suas idéias e opiniões, que se propagadas abertamente, poderiam ser alvo de reprimendas. Idéias novas podem ser perigosas, apenas para quem tem medo, ou de progredir ou de perder algo. Muitos praças possuem curso de nível superior em várias áreas do conhecimento, no entanto, a eles não se dá o devido crédito, não sendo aproveitados nos diversos setores da organização, geralmente por causa de sua condição funcional. Deixa-se de aproveitar um profissional com conhecimento e interesse no desenvolvimento da organização e, se ganha um funcionário descontente que apenas cumpre carga horária. Não se fala em alterar a condição funcional, mas em aproveitar o conhecimento, valorizando a pessoa do profissional, que retribuirá desenvolvendo o avanço da PMPR. Desejo ao senhor, boa sorte, no desenvolvimento e na apresentação do trabalho. Que ao compilar nossas opiniões, possa o senhor apresentar idéias para modernizar nossa gloriosa Polícia Militar. Estaremos sempre prontos a colaborar, pois desejamos ser ouvidos.

Outra sugestão que julgo oportuno mencionar foi ditada por um outro pesquisado que julga ser conveniente a constituição de Comissões Processantes Permanentes, tendo fim dedicarem-se exclusivamente à produção de procedimentos administrativos. Isto contribuiria em muito para a qualidade dos trabalhos a serem elaborados e permitiria que os demais Oficiais e Sargentos se dedicassem às suas funções especificadas, que na atual conjuntura encontram-se abarrotadas entre os diversos afazeres funcionais daqueles.

7.3 DOS DADOS DA CORREGEDORIA GERAL DA PMPR

Em pesquisa de campo, com relação ao volume de procedimentos administrativos instaurados, nos anos de 2006 a 2010, distribuídos de acordo com a sua natureza e finalidade, verificou-se o que segue:

Quadro demonstrativo dos procedimentos administrativos instaurados no âmbito da PMPR.

Tipo de Processo	2006	2007	2008	2009	2010
Conselho de Justificação	004	002	011	020	003
Conselho de Disciplina	068	061	116	078	049
Apuração Disciplinar de Licenciamento	000	000	000	000	013
Inquérito Policial Militar	665	872	646	632	606
Inquérito Técnico	*	*	*	*	243
Sindicância	261**	303**	344**	102**	866***

OBS: * Controlado pela DAL; ** Instauradas pelo Comando Geral; *** Após o ano de 2010, numeração única adotada pela PMPR.

Fonte: Corregedoria Geral da PMPR.

No tocante aos tipos de sanções administrativas aplicadas aos integrantes da PMPR, em decorrência dos procedimentos instaurados, mencionados no quadro anterior, as mesmas ficaram assim distribuídas:

Quadro demonstrativo das sanções aplicadas em decorrência dos procedimentos administrativos instaurados no âmbito da PMPR.

Sanção Administração	2006	2007	2008	2009	2010
Exclusão a Bem da Disciplina	037	036	068	048	022
Prisão Disciplinar	164	110	126	151	106
Detenção Disciplinar	575	317	477	487	366
Repreensão Disciplinar	222	187	268	268	191
Impedimento Disciplinar	112	127	121	142	116
Advertência verbal ou escrita	prejudicado				176

Fonte: Corregedoria Geral da PMPR, 2011.

7.4 DA ENTREVISTA COM O SENHOR CORREGEDOR GERAL DA PMPR

Para enriquecer o presente estudo e entender como o atual Oficial Corregedor avalia e se posiciona com relação à atuação dos Subtenentes e Sargentos nas comissões processantes da PMPR, providenciou-se uma entrevista pessoal, que abaixo transcrevo:

Pergunta 1 - Como o senhor avalia a previsão legal dos subtenentes e sargentos para comporem as comissões processantes disciplinares da PMPR?

Resposta: A minha avaliação é a mais positiva possível, pois a lei alcançou o intento do legislador e da administração militar que era oportunizar a participação de representantes das praças no processo disciplinar castrense. Com esta democratização do rito processual, quebrou-se a mística de que os oficiais são soberanos, uma vez que o graduado no Conselho de Disciplina não atuará somente como um mero “escrevente passivo”, mas como um verdadeiro “juiz”, quando da realização da sessão de julgamento onde deverá proferir o seu voto por escrito. Saliente-se que a lei em comento prevê a utilização subsidiária do Código de Processo Penal Militar, portanto o voto do graduado é independente e sem vinculação com os demais membros da comissão.

Pergunta 2 - O senhor considera que há resistência entre as praças graduadas para atuarem como escrivães? De que maneira elas (resistências) são manifestadas?

Resposta: Toda inovação, a princípio, gera algum tipo de resistência, ainda mais quando ocorre a ampliação das atribuições dos militares estaduais e neste caso dos subtenentes e sargentos, não é diferente. Porém, até a presente data não há registro formais dessas insatisfações, somente alguns comentários esparsos.

Pergunta 3 - O Senhor acha que, futuramente essas atribuições possam ser estendidas aos segundos e terceiros-sargentos?

Resposta: Creio que não, pois o espírito do legislador foi o de buscar a experiência profissional das praças e materializá-la no julgamento de seus inferiores.

Pergunta 4 - Há manifestações positivas dos graduados sobre as designações deles como integrantes das comissões; como elas ocorrem?

Resposta: Sim, são manifestações verbais de profissionais comprometidos com a Instituição, os quais se sentem honrados e valorizados por fazerem parte das comissões processantes.

Pergunta 5 - O senhor considera que os graduados estão devidamente preparados e instruídos para comporem as comissões processantes? Justificativa.

Resposta: Infelizmente os oficiais e graduados da Corporação não estão devidamente preparados e instruídos para desempenharem tais atribuições, pois não se trata de uma atividade corriqueira da vida militar, o que acarreta muitas dúvidas quanto à formalidade processual. Tal afirmativa é constatada no dia a dia

dos oficiais analistas de procedimentos, os quais diariamente recebem em torno de 03 a 05 ligações telefônicas de integrantes das comissões, solicitando orientações sobre as formalidades.

Pergunta 6 - Por fim, quais são as suas críticas e ou sugestões quanto ao emprego dos graduados no âmbito do Direito Disciplinar Militar?

Resposta: A crítica é a constante na resposta da pergunta nº. 5 e a sugestão é a da realização de um Estágio de Polícia Judiciária Militar para Oficiais, subtenentes e primeiros sargentos voluntários, que desejarem ser classificados na Corregedoria da PMPR. Desta forma, se colocaria em prática as Comissões Processantes Permanentes, previstas no Quadro Organizacional da COGER, tornando mais eficiente e célere os processos disciplinares da nossa Administração Militar.

7.5 DOS DADOS DA DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA

Conforme os dados obtidos junto à Diretoria de Ensino, constatou-se que em relação a cursos ofertados pela PMPR, nos anos de 2006 a 2009, que possibilitam a aquisição do conhecimento da doutrina do Direito Disciplinar Militar, bem como o número de vagas ofertadas e alunos matriculados, estas ficaram assim distribuídas:

Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos:

CAS	ANOS				
	2006	2007	2008	2009	SOMA
Quantidade de cursos ofertados	2	1	1	2	6
Vagas disponibilizadas	88	61	73	143	365
Alunos matriculados	88	61	73	143	365

Fonte: Diretoria de Ensino e Pesquisa da PMPR, 2011.

Conforme o quadro acima pode se constatar que o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos vem regulamente sendo oferecido pela Corporação, na média de um curso por ano, o que beneficiou quase 400 (quatrocentos) graduados nos últimos cinco anos.

Com relação às disciplinares curriculares que tratam do doutrinamento jurídico do Direito Disciplinar Militar, a grade curricular inserida no mencionado curso é assim composta:

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
Direito Administrativo	20
Direito Disciplinar	00
Direito Processual Penal Militar	55
Direito Penal Militar	20
TOTAL	95

Fonte: Diretoria de Ensino e Pesquisa da PMPR, 2011.

Contata-se assim que o número de horas/aulas para o ensino do Direito Administrativo Disciplinar no Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos é incipiente, o que nos remete a uma séria reflexão sobre a necessidade de se ampliar a carga horária, sob pena de, em curto espaço de tempo, não termos mais profissionais preparados para os serviços cartoriais de Justiça e Disciplina.

Quanto ao Curso de Polícia Judiciária Militar, que serve para preparar os Subtenentes e Sargentos para a prática Processual Penal Militar, constatou-se também que não houve a realização deste curso nos anos de 2006 a 2010 na Corporação.

Porém, verificou-se que no corrente ano de 2011, no período de 28 de março a 18 de junho, 60 alunos (Sargentos) frequentaram o CPJM, tendo este uma carga horária total de 220 horas-aula.

A falta de oferta do Curso de Polícia Judiciária - Praças, seja por falta de planejamento, seja por falta de recursos financeiros, criou uma lacuna na especialização dos Subtenentes e Sargentos, que se espera seja corrigida com a previsão de novos cursos dessa natureza a partir do ano de 2012.

Conclui-se que, é só com a oferta de cursos de especialização e aperfeiçoamento que a PMPR poderá suprir as atuais necessidades que se impõem pela instalação da Corregedoria Geral da PMPR e pela sua necessidade de ampliação das suas atividades, com vistas ao pleno controle da Instituição Policial Militar.

CONCLUSÃO

A presente monografia teve por finalidade trazer à baila a questão do emprego dos Subtenentes e 1º Sargentos como integrantes das Comissões Processantes, em decorrência da previsão legal inserida na Lei Estadual nº. 16.544/2010, que trata dos procedimentos administrativos disciplinares.

Trata-se de uma novidade legal, em que a Polícia Militar do Paraná surge como pioneira no Brasil ao aproveitar os conhecimentos e experiências profissionais destes graduados para empregá-los como auxiliares nos processos, ou seja, atuando como escrivães.

Contudo, a previsão legal contempla os graduados para a atividade, sem levar em conta as dificuldades e limitações individuais dos ditos graduados, seja por não estarem devidamente instruídos, seja pela carência de conhecimento no campo do Direito Administrativo Militar.

A presente pesquisa comprovou que, dentre os pesquisados, 84 % não possuem Curso Superior de Direito e 92% não possuem o Curso de Polícia Judiciária Militar.

Mesmo com essa deficiência doutrinária, 60% dos pesquisados afirmaram que já participaram da produção de procedimentos disciplinares, os quais compreendem 52 Formulários de Apuração de Transgressão Disciplinar, 3 Conselhos de Disciplina e 1 Apuração Disciplinar de Licenciamento, totalizando assim 56 processos.

Considerado que os efetivos das Unidades pesquisadas somam em torno de 300 policiais militares, verifica-se que o número de procedimentos e processos administrativos é elevado, o que provoca sobrecarga nas atividades administrativas.

Ao serem questionados sobre o apoio e orientação profissional dado pelos Oficiais com os quais trabalham os pesquisados assim se manifestaram: 12% dos oficiais são plenamente eficazes; 36% eficientes; 40% apenas satisfatórios e 12% consideraram o apoio insuficiente.

É possível notar que aqui há uma efetiva interação entre a troca de conhecimento e experiência entre os Oficiais e os Sargentos Auxiliares.

De outro prisma, questionados sobre como se auto-avaliam no tocante ao seu próprio nível de conhecimento do Direito Disciplinar Militar 4% se julgaram excelentes;

40% bom, 52% regular e apenas 4% reconheceram como insuficientes ou ruins para esse quesito.

Nesse conjunto vê-se que a soma dos que se julgam bons ou regulares somam quase a totalidade: 92% dos pesquisados, o que demonstra o conhecimento empírico da doutrina, adquirido pela experiência do dia a dia.

Outro item avaliado foi a satisfação pessoal e a motivação profissional que ficou assim apurada: 20% se sentem satisfeitos e motivados no trabalho; 64% disseram estar apenas satisfeito, mas pouco motivados, e por fim, 16% alegaram estar pouco satisfeitos e pouco motivados.

Esses números evidenciam que, mesmo com outros fatores favoráveis tais como a questão salarial, o bom ambiente de trabalho e o reconhecimento dos superiores e do público em geral, alguns graduados se dizem insatisfeitos e desmotivados com as atividades que exercem.

Quanto às mudanças estruturais ocorridas recentemente na Corporação os pesquisados assim se manifestaram: 16% entendem que as mudanças eram necessárias e trarão efeito positivo a curto prazo; 56% entendem que as mudanças terão efeito somente a longo prazo; 16% julgam que essas mudanças trouxeram poucas novidades e 12% afirmaram que nada mudou.

Ainda sobre as mudanças na lei que inovou as atribuições dos graduados, os pesquisados assim entenderam: 12% acham que os graduados estão mais valorizados; 48% entendem que as novas atividades exigirão maior conhecimento doutrinário; 20% entenderam que essas atribuições apenas se somam às já exercidas e 20% afirmam que tais mudanças somente vieram impor mais responsabilidades aos Sargentos.

Questionados sobre como o ensino da Doutrina Disciplinar Militar deve ser ministrado no âmbito da Corporação todos os pesquisados foram unânimes em afirmar que o doutrinamento da tropa deve ocorrer em todos os cursos de formação dos policiais militares.

Perguntados quanto ao sistema de controle interno da Corporação se é adequado ou não, 24% afirmaram que o atual sistema é adequado, já 76% afirmaram não.

Complementando essa questão foi ainda indagado se é necessário promover mudanças no sistema de controle interno, 76% entendem que sim, em detrimento dos 24% restantes que entendem que não.

Em questões abertas, os pesquisados afirmaram que a falta de conhecimento técnico sobre o Direito Disciplinar Militar constitui-se na maior contribuição para as causas de nulidades dos procedimentos administrativos internos da PMPR.

A segunda causa mais citada trata-se do formalismo excepcional de que são revestidos os procedimentos disciplinares, sendo que às vezes a preocupação dos responsáveis com a estética formal é maior do que com os aspectos jurídicos e fundamentais que devem nortear a lavratura do caderno processual.

A parcialidade e o pré-julgamento também foram citados como influentes na produção de vícios processuais que dão causa às nulidades, pois deixam transparecer o interesse dos responsáveis pela apuração no resultado final dos processos.

A não observância dos princípios constitucionais de concessão ao acusado do direito à ampla defesa e ao contraditório, segundo os pesquisados, dá vazão aos defensores do acusado para argumentarem contra a inconsistência dos procedimentos administrativos.

Avaliou-se que as consequências que são impostas à Administração podem ser traduzidas pelo aumento das chances de impunidade ao acusado, bem como no descrédito da população nos trabalhos da Instituição.

Como sugestões, os pesquisados enumeraram algumas propostas:

- 1) Aumento da carga horária de Doutrina do Direito Disciplinar Militar nos cursos de formação e aperfeiçoamento de Sargentos;
- 2) Descentralização do ensino por meio do emprego de instrutores devidamente treinados no âmbito dos Comandos Regionais;
- 3) Aplicação de cursos de reciclagem, em períodos regulares ou trimestrais, com o fim de manter os graduados atualizados quanto à doutrina militar;
- 4) Elaboração e adoção no âmbito da PMPR de um manual técnico sobre os Procedimentos Disciplinares.
- 5) Constituição de Comissões Processantes Permanentes para atuarem nas áreas dos Comandos Regionais.

Realizada visita à Corregedoria Geral da PMPR buscou-se ali levantar o quantitativo de processos disciplinares elaborados no âmbito da Corporação nos últimos cinco anos e constatou-se que do total de 372 (trezentos e setenta e dois) procedimentos produzidos, totalizou-se o número que resultaram na expulsão de 455 (quatrocentos e cinquenta e cinco) maus policiais militares.

Em entrevista, o Oficial Corregedor manifestou suas opiniões acerca do emprego dos Subtenentes e Primeiros-Sargentos nas Comissões Processantes:

1. Avalia de forma positiva a atuação dos graduados, posto que, isto quebra o paradigma de que os oficiais são “soberanos” e possibilita que aqueles exerçam a função de juizes militares, com voto independente dos demais membros;
2. Não se verificou, por meios formais, qualquer resistência das praças graduadas para o exercício das novas atribuições;
3. Julga que o legislador buscou aproveitar a experiência dos Subtenentes e Primeiros-sargentos ao incluí-los nas Comissões Processantes;
4. Os graduados já designados para atuarem como escrivães sentiram-se valorizados, expressando isto em manifestações verbais;
5. Salaria que, realmente Oficiais e graduados ainda não estão devidamente preparados para integrarem Comissões, visto que essa atividade não é corriqueira, e isto pode ser medido pela quantidade elevada de busca de orientações dos designados junto à Corregedoria Geral;
6. Por fim, considera que seria ideal a realização de estágios preparatórios sobre a atuação da Polícia Judiciária Militar para Oficiais e graduados, com vistas a atender as atuais necessidades da Corregedoria Geral.

Na Diretoria de Ensino e Pesquisa foi constatado que apenas uma turma de sessenta Sargentos teve o privilégio de freqüentar o Curso de Polícia Judiciária Militar, realizado na Academia Policial Militar do Guatupê nos últimos cinco anos.

Vale lembrar que, nesse mesmo período, alguns cursos de especialização na PMPR deixaram de ser realizados por falta de recursos financeiros do Estado.

Os graduados pesquisados representam uma pequena amostra do universo de Subtenentes e Sargentos da PMPR, e, portanto, não serve de parâmetro para uma compreensão mais profunda sobre a questão proposta, porém permite concluir que, ao lado da previsão legal deve a Corporação preparar e treinar os Subtenentes e Sargentos da PMPR para atuarem como escrivão das Comissões Processantes.

Ao concluir o presente estudo ficou evidenciado que a PMPR necessita de redirecionar o preparo e doutrinação dos Sargentos, notadamente os Subtenentes e Primeiros Sargentos, para o conhecimento mais amplo da doutrina do Direito Administrativo Disciplinar.

Isto deve ocorrer por meio da ampliação da carga horária da doutrina nos cursos de formação e aperfeiçoamento de Sargentos, aliados a uma oferta maior de vagas nos Cursos de Polícia Judiciária Militar.

Uma instrução dirigida a toda a tropa também não deve ser desconsiderada, uma vez que, oportunizando o conhecimento aos demais milicianos dos princípios da Doutrina Disciplinar, com certeza, esta contribuirá para a redução de casos de conduta delituosa no seio da tropa.

Essas preocupações se justificam pelo elevado grau de importância de se manterem vivos o respeito à hierarquia e o culto à disciplina, vigas mestras que sustentam e enobrecem a centenária e gloriosa Polícia Militar do Paraná.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo: Saraiva, 1997.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2001.

LOUREIRO NETO, José da Silva. **Direito Penal Militar**. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

MARTINS, Eliezer Pereira. **Direito Administrativo Disciplinar Militar e sua Processualidade**. São Paulo: Editora de Direito, 1996.

PAES DE LIRA, Jairo. **Direito Penal Militar e Processual Penal Militar**, In: Caderno Jurídico da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, ano 3, vol. 6, jul/dez 2004.

LIMA, Rodrigo Perim de. **O Regime Jurídico-Administrativo dos Militares Estaduais**. Curitiba: Optagraf, 2007.

LUZ, Egberto Maia. **Direito Administrativo Disciplinar**. Curitiba: Revista Dos Tribunais, 1992.

MANUEL, Élio de Oliveira; ARDUIN, Edwayne A. Areano. **Direito Disciplinar Militar**, Teoria, Prática e Doutrina. Curitiba: Comunicare, 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 26ª ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Câmara Federal.

BRASIL. **Código Penal Militar**: Decreto-lei nº. 1.001, de 21 de outubro de 1969.

BRASIL. **Código de Processo Penal Militar**: Decreto-lei nº. 1.002, de 21 de outubro de 1969.

BRASIL. **Estatuto dos Militares**: Lei Federal nº. 6.880, de 09 de dezembro de 1980.

BRASIL. **Regulamento Disciplinar do Exército**: Decreto Federal nº. 90.608, de 04 de dezembro de 1984.

PARANÁ. Lei Estadual nº. 16.544, de 14 de Julho de 2010. Dispõe que o processo disciplinar, na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), será regulado na forma que especifica e adota outras providências. **Diário Oficial do Paraná**, Curitiba. 2010.

PARANÁ. Regulamento de Ética dos Militares Estaduais: Decreto Estadual nº. 5.075, de 28 de dezembro de 1998.

PARANÁ. Constituição do Estado de Paraná. Disponível em:
<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/index.htm>. Acesso em 26/08/ 2011.

BRASIL. Lei Federal nº 9.299, de 07 de agosto de 1996. Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br/leg.asp>>. Acesso em 26/08/ 2011.

LEI ESTADUAL Nº. 16.544 - 14 DE JULHO DE 2010

Súmula: Dispõe que o processo disciplinar, na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR), será regulado na forma que especifica e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DO PROCESSO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I

DAS GENERALIDADES

Art. 1º. O processo disciplinar na Polícia Militar do Estado do Paraná (PMPR) será regulado pela presente lei.

Parágrafo único. O processo disciplinar orientar-se-á pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Art. 2º. A perda do posto e da patente de oficial, a perda da graduação, a exclusão e o licenciamento a bem da disciplina de praça dar-se-ão em decorrência de processo disciplinar, nos termos desta lei.

Parágrafo único. A perda do posto e da patente, a perda da graduação, a exclusão e o licenciamento a bem da disciplina implicam, automaticamente, na perda do cargo público, respeitados os preceitos legais e constitucionais.

Art. 3º O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de militar estadual, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha repercussão ético-moral que afete a honra pessoal, o decore da classe ou o pundonor militar, incompatibilizando-o a permanecer no estado efetivo da PMPR.

§ 1º Caberá ao Comandante-Geral, mediante portaria, a nomeação dos militares estaduais que irão desenvolver os trabalhos afetos ao processo disciplinar, bem como sua solução.

§ 2º Os militares estaduais nomeados prestarão, individualmente, o seguinte compromisso legal: "Prometo examinar com isenção e imparcialidade os fatos que me forem submetidos e opinar sobre eles com justiça e disciplina".

§ 3º O militar estadual submetido a processo disciplinar poderá ser afastado da função que exerce por ato do Comandante-Geral, ficando adido à Organização

Militar em que serve ou à que for determinada, sendo-lhe vedado, em qualquer caso, desempenhar atividades operacionais até a decisão final.

§ 4º A critério do Comandante-Geral, e enquanto considerado conveniente por essa autoridade, poderá ser proibido o uso de uniforme e o porte de arma de fogo ao militar estadual submetido a processo disciplinar.

§ 5º Somente poderão ser objeto de acusação no mesmo processo disciplinar fatos que apresentem entre si conexão ou continência.

Art. 4º. O processo disciplinar compreende:

I - Apuração Disciplinar de Licenciamento, destinada a julgar a capacidade de praça ativa ou inativa, com menos de 10 (dez) anos de serviço prestados à Corporação, na data do fato, para permanecer, nas fileiras da PMPR, na condição em que se encontra;

II - Conselho de Disciplina, destinado a julgar a capacidade de praça especial ou de praça, ativa ou inativa, com mais de 10 (dez) anos de serviço prestados à Corporação para permanecer, nas fileiras da PMPR, na condição em que se encontra;

III - Conselho de Justificação, destinado a julgar a capacidade de oficial, ativo ou inativo, para permanecer, nas fileiras da PMPR, na condição em que se encontra.

Parágrafo único. O militar estadual submetido a processo disciplinar será denominado de acusado.

Art. 5º. Será submetido a processo disciplinar o militar estadual que:

I - encontrando-se no comportamento mau, cometer nova falta disciplinar de natureza grave;

II - for acusado oficialmente por qualquer meio lícito, de ter:

a) procedido incorretamente no desempenho do cargo ou função institucional;

b) tido conduta irregular ou cometa ato que por sua natureza venha a denegrir a imagem da Corporação;

c) praticado ato que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decoro da classe;

III - for afastado preventivamente, mediante decisão motivada e fundamentada, do cargo ou função, na forma da legislação institucional, por se tornar incompatível com os mesmos, salvo se o afastamento for decorrente de fatos que motivaram sua submissão a processo;

IV- demonstrar incapacidade profissional para o exercício de atribuições institucionais em razão de reiteradas punições disciplinares;

V - for condenado por crime de natureza dolosa a pena privativa de liberdade superior a dois anos, com trânsito em julgado;

VI - reprovado no estágio probatório ou na avaliação de desempenho das atribuições institucionais reguladas por ato do Comandante-Geral, como oficial, aspirante-a-oficial ou soldado-de-primeira-classe;

VII - se cadete ou soldado-de-segunda-classe, for considerado inapto, no período de formação, na avaliação de desempenho das atribuições institucionais regulada por ato do Comandante-Geral;

VIII - integrar partido político ou associação que atente contra a estabilidade das instituições democráticas, ou que esteja suspenso ou dissolvido por força de disposição legal ou decisão judicial.

§ 1º Para os efeitos desta lei, compreende-se:

I - por ato que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decore da classe, a inobservância de quaisquer dos preceitos atinentes aos valores, à moral e à ética militar, contidos em regulamentos próprios;

II - por procedimento incorreto no desempenho de atribuições institucionais, a inobservância dos deveres e obrigações militares, especificados em legislação específica;

III - por conduta irregular, a prática de ato que venha a afetar a hierarquia e disciplina militar;

§ 2º No estágio probatório e no período de formação serão considerados, na avaliação de desempenho das atribuições institucionais, os seguintes critérios:

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade;

V - dedicação ao trabalho;

VI - idoneidade moral;

VII - responsabilidade;

VIII - capacidade técnica;

IX - eficiência;

X - observância das normas hierárquicas e da ética militar.

§ 3º O militar estadual reprovado no estágio probatório ou considerado inapto, no período de formação, na avaliação de desempenho das atribuições institucionais será, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado.

CAPÍTULO II

DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO

Art. 6º. No processo disciplinar serão assegurados a ampla defesa e o contraditório, com os meios e recursos a eles inerentes.

Parágrafo único. O processo disciplinar admite apenas a apresentação de defesa por escrito e nos prazos definidos nesta lei.

Art. 7º. São direitos do acusado no processo disciplinar:

I - ser regularmente citado, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, à entrega do libelo acusatório;

II - ter conhecimento e acompanhar todos os atos de apuração, instrução e julgamento;

III - ser ouvido;

IV - produzir ou requerer a produção de provas previstas em lei demonstrando sua pertinência;

V - requerer cópia de documentos que integrem os autos;

VI - ter oportunidade, no momento adequado, de contrapor-se às acusações que lhe são imputadas;

VII - ser informado de decisão que fundamente, de forma objetiva e direta, o eventual não-acolhimento de alegações formuladas ou de provas apresentadas.

§ 1º É facultado ao militar estadual apresentar sua defesa pessoalmente, ou por intermédio de procurador. Quando o acusado não constituir advogado, o processo será acompanhado por um oficial:

I - indicado pelo acusado para a sua defesa;

II - designado pelo Comandante-Geral, nos casos de revelia ou mediante solicitação do presidente do processo disciplinar.

§ 2º O militar estadual e seu defensor, devem ser notificados a comparecerem a todas as sessões do processo disciplinar.

§ 3º No caso de o militar estadual ser revel, a notificação para comparecimento às sessões do processo disciplinar recairá na pessoa de seu defensor.

Art. 8º. Ao militar estadual é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a fim de apresentar defesa prévia, e de 8 (oito) dias úteis destinados à defesa final.

§ 1º A defesa prévia dar-se-á após a entrega do libelo acusatório e a defesa final será apresentada decorrida a instrução do processo disciplinar.

§ 2º Em havendo mais de um militar estadual submetido ao mesmo processo disciplinar, com defensores distintos, os prazos para a defesa serão comuns, ficando os autos em cartório e o prazo para defesa final será de 12 (doze) dias úteis.

§ 3º É permitido à defesa, em assunto pertinente à matéria, fazer pergunta às testemunhas, por intermédio do presidente do processo disciplinar.

§ 4º Excepcionalmente, a critério do presidente do processo disciplinar, o prazo para apresentação das razões de defesa poderá ser prorrogado até o dobro, mediante fundamentado do acusado ou seu defensor.

§ 5º Os acréscimos nos prazos de que tratam os §§ 2º e 4º deste artigo serão excluídos do cômputo do prazo para conclusão do processo disciplinar.

CAPÍTULO III

DO LIBELO ACUSATÓRIO

Art. 9º. Instaurado o processo disciplinar e procedida à citação, a autoridade processante deverá elaborar o respectivo libelo acusatório, por escrito, expondo o fato com suficiente especificidade, de modo a delimitar o objeto da acusação e permitir a plenitude de defesa, entregando uma via ao militar estadual acusado, antes de sua qualificação e interrogatório.

§ 1º O libelo acusatório conterá:

I - a qualificação do militar estadual;

II - a exposição, deduzida por artigo(s), da(s) suposta(s) transgressão(ões) disciplinar(es) a ele imputada(s);

III - a indicação das circunstâncias agravantes e de todos os fatos que devam influir na aplicação da sanção disciplinar;

IV - o rol das testemunhas;

V - o nome e assinatura dos membros do processo disciplinar.

§ 2º Havendo mais de um acusado, para cada um deverá ser expedido libelo acusatório específico.

CAPÍTULO IV

DO IMPEDIMENTO E DA SUSPEIÇÃO

Art. 10º. Não poderá ser nomeado em processo disciplinar:

I - aquele que formulou a acusação;

II - as pessoas que tenham entre si, com o ofendido ou acusado, parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até o terceiro grau de consanguinidade colateral ou de natureza civil;

III - a pessoa que se der, justificadamente, por suspeito ou impedido, se não o fizer, que tiver sua suspeição ou seu impedimento constatado(a) por intermédio de manifestação de terceiros;

IV - o militar estadual que tiver interesse pessoal na decisão;

V - aquele que seja inimigo ou amigo íntimo do acusado ou da vítima;

VI - o militar estadual que esteja submetido a qualquer processo disciplinar previsto nesta lei ou que se encontre sub judice, em razão de prisão em flagrante delito ou de processo criminal com denúncia recebida.

CAPÍTULO V

DOS ATOS PROBATÓRIOS

Art. 11. Nos casos omissos aplicam-se, subsidiariamente, ao processo disciplinar, as disposições do Código de Processo Penal Militar.

§ 1º Quando a testemunha ou ofendido for civil ou militar inativo, será notificado diretamente pelo presidente do processo disciplinar, a fim de comparecer para prestar depoimento ou participar de outro ato probatório, ressalvado quando agente público ou militar da ativa, cuja notificação dar-se-á de acordo com as disposições processuais penais militares que regulam a matéria.

§ 2º A citação deverá ser encaminhada ao Comandante do acusado, o qual colherá o ciente e se, se tratar de militar estadual inativo, será dirigida ao Diretor de Pessoal, o qual adotará idêntico procedimento.

Art. 12. Se, notificado regularmente para comparecimento, o ofendido ou testemunha não comparecer, a autoridade processante, certificando-se das razões, expedirá, se for o caso, nova notificação, sem prejuízo de outras providências pertinentes.

Art. 13. A carta precatória será expedida por meio de ofício, fac-símile ou correio eletrônico, cabendo à autoridade deprecante formular as perguntas ou diligências a serem feitas, oportunizando-se à defesa se manifestar.

Art. 14. Na impossibilidade de efetivação do reconhecimento pessoal, poderá ser feito o fotográfico, observados os procedimentos relativos àquele no que for pertinente e de acordo com a norma processual penal militar vigente.

CAPÍTULO VI

DOS PRAZOS

Art. 15. O processo disciplinar deverá ser concluído no prazo de 40 (quarenta) dias úteis, a contar da data de sua instauração, inclusive remessa do relatório.

Parágrafo único. O Comandante-Geral, em razão de pedido devidamente fundamentado pela autoridade processante, poderá prorrogar em até 20 (vinte) dias

úteis o prazo de conclusão dos trabalhos, bem como determinar o seu sobrestamento pelo período que se fizer necessário.

CAPÍTULO VII

DOS PROCEDIMENTOS E DO FUNCIONAMENTO

Art. 16. O processo disciplinar funciona sempre com a totalidade de seus integrantes, tendo como local a sede da Organização Militar da área onde ocorreu o fato a ser apurado, ou outro local determinado pelo presidente.

Art. 17. A primeira sessão será destinada à entrega do libelo acusatório, antes da realização de qualquer outro ato, exceto os motivadamente considerados de natureza urgente.

Parágrafo único. Após a entrega do libelo acusatório, a autoridade processante deverá abrir vistas dos autos para a defesa prévia do acusado.

Art. 18. Recebida a defesa prévia do acusado, passa-se a instruir o processo, realizando-se os atos probatórios necessários ao completo esclarecimento do fato.

Art. 19. Na próxima sessão a ser realizada após a entrega da defesa prévia, a autoridade processante deverá adotar os seguintes procedimentos:

- I - verificado inexistir qualquer tipo de impedimento ou suspeição, presta-se o compromisso legal;
- II - determinar que seja realizada a leitura dos documentos de origem, bem como do libelo acusatório;
- III - não sendo suscitada nenhuma questão pela defesa, ordenar-se-á o início da instrução do processo disciplinar.

Art. 20. Aos integrantes do processo disciplinar e ao defensor, por intermédio do presidente, caberá perguntar e reperguntar ao acusado e às testemunhas sobre o objeto da acusação e propor as diligências necessárias para o esclarecimento dos fatos.

§ 1º As testemunhas arroladas no libelo acusatório serão ouvidas previamente às testemunhas arroladas pela defesa.

§ 2º As testemunhas arroladas pela defesa deverão ser apresentadas independentemente de notificação, no dia e hora designados, salvo se se tratar de

agente público, circunstância em que a notificação deverá ser encaminhada pela autoridade processante ao respectivo chefe.

Art. 21. Após a inquirição da última testemunha, será realizada a sessão para qualificação e interrogatório do acusado.

Parágrafo único. Após a qualificação e interrogatório do acusado, estando os autos conclusos, o presidente do processo disciplinar abrirá vista em cartório, por 5 (cinco) dias úteis, para a defesa requerer o que for de direito, podendo esta fase ser dispensada formalmente pela defesa.

Art. 22. Encerrada a instrução processual e não existindo questão incidental pendente de solução, o presidente abrirá vistas dos autos para a defesa final.

TÍTULO II

DA APURAÇÃO DISCIPLINAR DE LICENCIAMENTO

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 23. O presidente da Apuração Disciplinar de Licenciamento será um oficial da ativa da PMPR.

Parágrafo único. O presidente, ao receber o ato de nomeação com os respectivos documentos de origem, indicará um subtenente ou primeiro-sargento como escrivão, se a indicação já não tiver sido feita na portaria de nomeação.

CAPÍTULO II

DA DELIBERAÇÃO E DO RELATÓRIO

Art. 24. Após receber as razões finais de defesa, o presidente, no prazo legal para conclusão, elaborará relatório conclusivo sobre a pertinência ou não da acusação, bem como se manifestando se o acusado reúne condições ou não de permanecer integrando as fileiras da Corporação, na ativa ou inatividade.

Parágrafo único. No relatório deverão constar todos os procedimentos apuratórios realizados, inclusive a análise das razões de defesa apresentadas.

Art. 25. Elaborado o relatório, com termo de encerramento, o presidente remete o processo disciplinar ao Comandante-Geral.

CAPÍTULO III

DA SOLUÇÃO

Art. 26. Recebidos os Autos da Apuração Disciplinar de Licenciamento, o Comandante-Geral, motivadamente, solucionará, determinando:

I - o arquivamento do processo, se não julga o militar estadual culpado;

II - a aplicação de sanção disciplinar se considera o acusado culpado das acusações imputadas, no todo ou em parte;

III - o licenciamento a bem da disciplina, se julgar o militar estadual culpado das acusações imputadas e incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade;

IV - a remessa do processo ao Juízo competente, se considera infração penal a razão pela qual o acusado foi julgado culpado;

V - a remessa do processo ao Órgão de segunda instância da Justiça Militar estadual, se o processo tiver sido instaurado com fundamento no inciso V do art. 5º desta lei, e considere o acusado incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

Parágrafo único. A solução do Comandante-Geral não está adstrita ao relatório do presidente da Apuração Disciplinar de Licenciamento.

TÍTULO III

DO CONSELHO DE DISCIPLINA

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 27. O Conselho de Disciplina será composto por 3 (três) membros.

§ 1º Ao membro mais antigo, no mínimo um oficial intermediário, caberá a presidência dos trabalhos e, ao mais moderno, o encargo de escrivão.

§ 2º Poderá ser nomeado, como membro do Conselho de Disciplina, subtenente ou primeiro-sargento, circunstância em que a praça exercerá o encargo de escrivão.

§ 3º O Conselho de Disciplina funcionará com a totalidade de seus membros.

CAPÍTULO II

DO JULGAMENTO E DO RELATÓRIO

Art. 28. Realizadas todas as diligências, bem como juntada aos autos a defesa final, o Conselho de Disciplina reunir-se-á para a sessão de julgamento.

§ 1º O acusado e seu defensor serão notificados, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para comparecerem à sessão de julgamento.

§ 2º Após a deliberação acerca de todas as provas constantes dos autos, bem como análise das peças de defesa apresentadas, o Conselho de Justificação deverá julgar:

I - se é procedente a acusação, bem como se é acusado capaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade;

II - no caso do inciso V do art. 5º desta lei, levados em consideração os preceitos da aplicação da pena, se é o acusado capaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

§ 3º A decisão do Conselho de Justificação é tomada por maioria de votos de seus membros.

§ 4º Todos os membros devem justificar seu voto por escrito.

§ 5º A sessão de julgamento antecede a feitura do relatório.

Art. 29. Elaborado o relatório, com termo de encerramento, o presidente remete o processo ao Comandante-Geral.

CAPÍTULO III DA SOLUÇÃO

Art. 30. Recebidos os autos do Conselho de Disciplina, o Comandante-Geral, motivadamente, solucionará, determinando:

I - o arquivamento do processo, se não julga o militar estadual culpado;

II - a aplicação de sanção disciplinar, se considera o acusado culpado das acusações imputadas, no todo ou em parte;

III - a exclusão a bem da disciplina, se julgar o militar estadual culpado das acusações imputadas e incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade;

IV - a remessa do processo ao Juízo competente, se considera infração penal a razão pela qual o acusado foi julgado culpado;

V - a remessa do processo ao Órgão de segunda instância da Justiça Militar estadual, se o Conselho de Disciplina tiver sido instaurado com fundamento no

inciso V do art. 5º desta lei, e considere o acusado incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

Parágrafo único. A solução do Comandante-Geral não está adstrita ao relatório do Conselho de Disciplina.

TÍTULO IV

DO CONSELHO DE JUSTIFICAÇÃO

CAPÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO

Art. 31. O Conselho de Justificação será composto por três oficiais da PMPR, todos superiores hierárquicos ao acusado, ou, se do mesmo posto, mais antigos.

§ 1º Ao membro mais antigo, no mínimo um oficial superior, caberá a presidência dos trabalhos e, ao mais moderno, o encargo de escrivão.

§ 2º Quando o acusado for oficial superior do último posto, os membros do Conselho de Justificação serão nomeados dentre os oficiais daquele posto, da ativa ou da reserva remunerada, mais antigos que o acusado.

§ 3º O Conselho de Justificação funcionará com a totalidade de seus membros.

CAPÍTULO II

DO JULGAMENTO E DO RELATÓRIO

Art. 32. Realizadas todas as diligências, bem como juntada aos autos a defesa final, o Conselho de Justificação reunir-se-á para a sessão de julgamento.

§ 1º O acusado e seu defensor serão notificados, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, para comparecerem à sessão de julgamento.

§ 2º Após a deliberação acerca de todas as provas constantes dos autos, bem como análise das peças de defesa apresentadas, o Conselho de Justificação deverá julgar:

I - se é procedente a acusação, bem como se é acusado capaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade;

II - no caso do inciso V do art. 5º desta lei, levados em consideração os preceitos da aplicação da pena, se é o acusado capaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

§ 3º A decisão do Conselho de Justificação é tomada por maioria de votos de seus membros.

§ 4º Todos os membros devem justificar seu voto por escrito.

§ 5º A sessão de julgamento antecede a feitura do relatório.

Art. 33. Elaborado o relatório, com termo de encerramento, o presidente remete o processo ao Comandante-Geral.

CAPÍTULO III DA SOLUÇÃO

Art. 34. Recebidos os autos do Conselho de Justificação, o Comandante-Geral, motivadamente, solucionará, determinando:

- I** - o arquivamento do processo, se não julga o militar estadual culpado;
- II** - a aplicação de sanção disciplinar se considera o acusado culpado das acusações imputadas, no todo ou em parte;
- III** - a remessa do processo ao Juízo competente, se considera infração penal a razão pela qual o acusado foi julgado culpado;
- IV** - a remessa do processo ao Órgão de segunda instância da Justiça Militar estadual, se considerar o acusado incapaz de permanecer na ativa ou na situação em que se encontra na inatividade.

Parágrafo único. A solução do Comandante-Geral não está adstrita ao relatório do Conselho de Justificação.

TÍTULO V DOS RECURSOS

Art. 35. Os recursos serão da seguinte ordem:

- I** - reconsideração de ato;
- II** - recurso disciplinar.

Parágrafo único. O recurso deverá:

- I** - ser feito individualmente;

II - tratar de caso específico;

III - cingir-se aos fatos que o motivaram;

IV - fundamentar-se em argumentos, provas ou documentos comprobatórios e elucidativos.

Art. 36. A reconsideração de ato é cabível contra solução do Comandante-Geral no processo disciplinar, sendo dirigida àquela autoridade, no prazo de cinco dias úteis, a contar do conhecimento da solução.

Art. 37. Caberá recurso disciplinar da decisão do Comandante-Geral na reconsideração de ato.

§ 1º O recurso disciplinar será dirigido ao Governador do Estado, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do conhecimento da decisão do Comandante-Geral na reconsideração de ato.

§ 2º Na Apuração Disciplinar de Licenciamento e no Conselho de Disciplina, após decisão do recurso disciplinar mantendo a exclusão ou licenciamento a bem da disciplina, nos casos de condenação por crime doloso em caráter definitivo, os autos serão remetidos ao Órgão de segunda instância da Justiça Militar estadual.

§ 3º No Conselho de Justificação, após decisão do recurso mantendo a exclusão do acusado os autos serão remetidos ao Órgão de segunda instância da Justiça Militar estadual.

Art. 38. A reconsideração de ato será recebida com efeitos devolutivo e suspensivo e o recurso disciplinar será recebido apenas com efeito devolutivo.

Parágrafo único. ...Vetado...

TÍTULO VI

DA COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL

Art. 39. Compete ao Órgão de segunda instância da Justiça Militar estadual julgar o processo disciplinar a ele remetido pelo Comandante-Geral.

§ 1º Distribuído o processo e preliminarmente à manifestação do relator, serão dadas vistas dos autos à defesa para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, manifestar-se por escrito sobre a decisão proferida no processo disciplinar.

§ 2º Concluídas as providências constantes no parágrafo anterior, será o processo submetido a julgamento.

Art. 40. O Órgão de segunda instância da Justiça Militar estadual, julgando o militar estadual culpado e incapaz de permanecer na ativa ou na inatividade, deverá, conforme o caso:

I - se oficial, declará-lo indigno do oficialato ou com ele incompatível, determinando a perda de seu posto e patente;

II - se praça, determinar a perda da graduação.

Art. 41. Após o trânsito em julgado, o processo será encaminhado ao Governador do Estado para a edição do ato referente à perda do posto e da patente do oficial. No caso de praça, a remessa dar-se-á ao Comandante-Geral para a adoção das providências referentes à perda da graduação.

TÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. Para efeito desta lei o prazo de prescrição será de 6 (seis) anos a contar da data do ato motivador da instauração do processo disciplinar.

Art. 43. O prazo de prescrição será suspenso nos casos de:

I - licença para tratar da saúde própria ou de pessoa de família que impeça o militar estadual de responder ao processo disciplinar;

II - decisão judicial que determine a paralisação dos trabalhos do processo disciplinar.

Art. 44. O prazo de prescrição será interrompido pela efetiva instauração do processo disciplinar.

I - ...Vetado...;

II - ...Vetado...;

III - ...Vetado....

Art. 45. Extinta a punibilidade pela prescrição, o Comandante-Geral determinará o registro do fato nos assentamentos funcionais do militar estadual e o arquivamento do processo disciplinar.

Art. 46. Consideram-se dias úteis aqueles em que houver expediente na Corporação.

Art. 47. Aplicam-se a esta lei, subsidiariamente, as normas do Código de Processo Penal Militar e do Código Penal Militar.

Art. 48. Admitir-se-á a utilização de meio eletrônico na formalização de atos e procedimentos previstos nesta lei, desde que assegurados a comprovação da autoria e o atendimento dos requisitos de autenticidade, integridade e validade jurídica das informações e documentos.

Art. 49. As disposições desta lei aplicam-se de imediato, sem prejuízo da validade dos atos já realizados na vigência da legislação anterior.

Art. 50 Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Lei Estadual nº 6.961, de 28 de novembro de 1977, e a Lei Estadual nº 8.115, de 25 de junho de 1985, ressalvados os preceitos de ordem material.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 14 de julho de 2010.

Orlando Pessuti

Governador do Estado, em exercício

Aramis Linhares Serpa

Secretário de Estado da Segurança Pública

Ney Caldas,

Chefe da Casa Civil

**QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS SUBTENENTES E SARGENTOS
DO 7º BPM E DA 5ª CIPM**

Prezado Companheiro!

O presente questionário visa coletar dados para elaboração de monografia que estou produzindo, e que será entregue e apresentada na conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – Turma 2011, ora em andamento na Academia Policial Militar do Guatupê.

O tema em questão é: “A importância do papel dos Subtenentes e Sargentos como escrivão dos processos administrativos disciplinares frente à Lei Estadual Nº. 16.544/2010”.

Trata-se de um questionário individual dirigido aos graduados do 7º BPM e 5º CIPM, cujo conjunto servirá de amostra para avaliar o conhecimento, desempenho e dificuldades dos graduados da PMPR, na produção de processos administrativos disciplinares.

A pesquisa é de caráter reservado, não sendo, portanto, necessária a identificação dos pesquisados, cujos dados serão manipulados apenas por este autor, e exclusivamente para compilar os dados necessários à elaboração do trabalho.

Desde já, agradeço a colaboração de todos.

Capitão QEOPM Otaviano de Carvalho Pereira

1) Qual a sua graduação?

- ☐ Subtenente.
- ☐ 1º Sargento.
- ☐ 2º Sargento.
- ☐ 3º Sargento.

2) Qual o seu tempo de serviço integral na PMPR?

- ☐ 25 anos completos ou mais.
- ☐ entre 20 anos completos e 25 anos incompletos.
- ☐ entre 15 anos completos e 20 anos incompletos.
- ☐ entre 10 anos completos e 15 anos incompletos.
- ☐ entre 05 anos completos e 10 anos incompletos.

3) Possui o Curso Superior de Direito?

() Sim () Não

4) Possui o Curso de Polícia Judiciária Militar?

() Sim () Não

5) Já participou da produção de procedimentos administrativos disciplinares?

() Sim () Não

6) Se sua resposta anterior foi sim, especifique quantas vezes atuou como escrivão ou como responsável pelos procedimentos disciplinares:

Apuração Disciplinar de Licenciamento	
Conselho de Disciplina	
Formulário de Apuração de Transgressão Disciplinar - FATD	
Sindicância Disciplinar	

7) Considerando o apoio e orientação dos Oficiais nos serviços administrativos, e em particular, na elaboração dos processos administrativos disciplinares, você os considera:

() Plenamente eficazes;

() Eficientes;

() Satisfatórios;

() Insuficientes;

8) Quanto ao seu próprio nível de conhecimento doutrinário no campo do Direito Disciplinar Militar você se avalia como sendo:

() Excelente;

() Bom;

() Regular;

() Ruim.

9) Quanto ao desempenho das suas atividades profissionais na área administrativa e operacional você se sente:

- ☐ Satisfeito e motivado;
- ☐ Apenas satisfeito, mas pouco motivado;
- ☐ Pouco satisfeito e pouco motivado;
- ☐ Insatisfeito e desmotivado.

10) Quanto à nova estrutura organizacional da PMPR, você considera que:

- ☐ As mudanças eram necessárias e contribuirão em muito para a melhoria das atividades e da imagem da Corporação;
- ☐ As mudanças são importantes, mas só terão efeito positivo a longo prazo;
- ☐ As mudanças trouxeram poucas novidades para as atividades da PMPR;
- ☐ Nada mudou.

11) Quanto ao texto da nova Lei Estadual nº 16.544, de 14 de julho de 2010, que instituiu novas atribuições aos Subtenentes e Sargentos, você considera apenas que:

- ☐ Essas medidas vieram valorizar ainda mais a função dos graduados;
- ☐ Essas atribuições exigirão doutrinação específico para os graduados;
- ☐ Essas atribuições apenas se somam às outras atribuições já desempenhadas;
- ☐ Somente impõem mais responsabilidades funcionais aos graduados.

12) Quanto ao ensino do Direito Administrativo Disciplinar Militar como você avalia as necessidades da Corporação:

- ☐ Deve ser ministrado em todos os cursos de formação da Corporação;
- ☐ Deve ser ministrado nos Cursos de Formação e de Aperfeiçoamento de Sargentos
- ☐ Deve ser ministrado nos Cursos de Formação e de Aperfeiçoamento de Oficiais;
- ☐ Deve continuar sendo ministrado apenas no Curso de Polícia Judiciária Militar;

13) Em sua opinião o sistema atual de controle disciplinar interno é adequado para a realidade da PMPR?

- ☐ Sim ☐ Não

14) Em sua opinião, acha necessário que se modifique o sistema de controle disciplinar atual para a PMPR?

- ☐ Sim ☐ Não

15) Em sua opinião, que fatores contribuem para a lavratura de processos disciplinares com vícios, que resultam na sua nulidade?

16) Em sua opinião, é realmente necessário que os Subtenentes e Sargentos possuam o Curso de Polícia Judiciária Militar ou Curso Superior de Direito para atuar como membros das Comissões Processantes? (Justifique).

17) Em sua opinião, de que forma a PMPR pode melhorar o ensino (instrução) da Doutrina de Direito Administrativo Disciplinar nas Unidades da Corporação?

18) Caso queira, use o espaço abaixo para escrever sugestões para a presente pesquisa:

Muito Obrigado.



**ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS - 2011**



Ofício nº 003/11-CAO

São José dos Pinhais, 09 de agosto de 2011.

Senhor Oficial Corregedor:

Com o fim de subsidiar dados para elaboração de monografia a ser apresentada na conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – 2011, venho solicitar a Vossa Senhoria, o fornecimento de dados estatísticos sobre os procedimentos disciplinares elaborados nos últimos 05 (cinco) anos, bem como das sanções administrativas impostas, conforme o especificado no Anexo I do presente.

Contando com o vosso especial atendimento, desde já fico agradecido.

Respeitosamente,

Capitão QEOPM Otaviano de Carvalho Pereira,
Aluno do CAO PM

**Ao Senhor
Coronel QOPM Carlos Alexandre Scheremeta
Corregedor Geral da Polícia Militar do Paraná
Curitiba/PR**

Anexo I

1. Quadro demonstrativo de procedimentos administrativos instaurados no âmbito da PMPR:

Tipo de processo	2006	2007	2008	2009	2010
Conselhos de Justificação					
Conselhos de Disciplina					
Apuração Disciplinar de Licenciamento					
Sindicância					

2. Quadro demonstrativo das sanções aplicadas em decorrência dos procedimentos administrativos instaurados no âmbito da PMPR:

Sanção administrativa	2006	2007	2008	2009	2010
Exclusão a bem da disciplina					
Licenciamento a bem da disciplina					
Prisão disciplinar					
Detenção disciplinar					
Repreensão disciplinar					
Impedimento disciplinar					
Advertência verbal ou escrita					



ESTADO DO PARANÁ
POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS - 2011



Ofício nº 004/11-CAO

São José dos Pinhais, 09 de agosto de 2011.

Senhor Diretor:

Com o fim de subsidiar dados para elaboração de monografia a ser apresentada na conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – 2011 solicito de Vossa Senhoria o fornecimento de dados estatísticos sobre os cursos e currículos fornecidos pela Corporação aos Subtenentes e Sargentos, no tocante ao ensino do Direito Disciplinar Militar, nos últimos 05 (cinco) anos, bem como o quantitativo de alunos beneficiados, conforme o especificado no Anexo I do presente.

Contando com o vosso especial atendimento, desde já fico agradecido.

Respeitosamente,

Capitão QEOPM **Otaviano** de Carvalho Pereira,
Aluno do CAO PM

Ao Senhor

Coronel QOPM Cesar Vinicius Kogut

Diretor de Ensino e Pesquisa da Polícia Militar do Paraná

Curitiba/PR

Anexo I

3. Quadro demonstrativo de cursos ofertados, no tocante ao ensino do Direito Disciplinar Militar, no âmbito da PMPR:

Tipo de curso	2006	2007	2008	2009	2010
Polícia Judiciária Militar - Praças					
Direito Disciplinar Militar - Praças					

4. Quadro demonstrativo de currículos ofertados, no tocante ao ensino do Direito Disciplinar Militar, nos cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos, no âmbito da PMPR:

Disciplina	2006	2007	2008	2009	2010
Direito Administrativo					
Direito Disciplinar					
Polícia Judiciária Militar					
Penal e Processual Penal Militar					

5. Quadro demonstrativo das praças beneficiadas, no tocante ao ensino do Direito Disciplinar Militar, no âmbito da PMPR:

Graduação	2006	2007	2008	2009	2010
Subtenente					
1º Sargento					
2º Sargento					
3º Sargento					